

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**PELA LEALDADE E PELA HONRA DOS AMIGOS : *A produção discursiva da
oligarquia norte-riograndense durante a seca de 1877-79***

Rute Freire de Moraes Diniz Marques

Natal/RN, 2005.



RUTE FREIRE DE MORAIS DINIZ MARQUES

PELA LEALDADE E PELA HONRA DOS AMIGOS : *A produção discursiva da oligarquia norte-riograndense durante a seca de 1877-79*



Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada e orientada pelo professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Natal/RN, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**PELA LEALDADE E PELA HONRA DOS AMIGOS : *A produção discursiva da oligarquia
norte-riograndense durante a seca de 1877-79***

Rute Freire de Moraes Diniz Marques

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz Albuquerque Júnior

COMISSÃO EXAMINADORA:

NATAL, ___ DE _____ DE 2005.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que não poderia deixar de ser o primeiro a recebê-los, por me dar à certeza de sua presença em vida, que tantas vezes me confortou e, no meu íntimo, me animou nas horas de cansaço e incerteza, para que eu pudesse acreditar que seria capaz de realizar este trabalho.

Ao meu amor, meu esposo, que mesmo em meio à correria do dia-a-dia, não deixou de estar presente e de me ajudar no que foi possível. A ele agradeço pela paciência e amor, tão raros nos dias de hoje.

A toda minha família, enfim, pois, os frutos que colho hoje foram cultivados no passado, e por isso agradeço todo cuidado e carinho que me dispensaram durante toda a minha vida, tentando proporcionar-me o que havia de melhor dentro de suas possibilidades.

Agradeço, ainda, a todos os professores que fizeram parte da minha vida, orientando e contribuindo para minha educação e formação escolar. Aos que ultrapassaram as barreiras das “formalidades” e tinham sempre nos lábios o sorriso amigo de quem estava disposto a ajudar, aos que não censuraram a ingenuidade e ignorância nos atos de quem sabe que tem, com certeza, ainda muito a aprender. A todos os professores, em qualquer momento de minha vida, por tudo que foram e representam, minha admiração e respeito.

E aqui não poderia faltar os amigos, aqueles que me deram apoio, incentivo, palavras de conforto, carinho, paciência e atenção, tão necessários para o desenvolvimento desta monografia. A vocês, meus queridos amigos, o meu muito obrigado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1: CONTEXTO DE “CRISE”	
1.1 Crise econômica	11
1.2 Crise política	19
1.3 Crise social	24
CAPÍTULO 2: REPRESENTANTES DO “POVO” NORTE-RIOGRANDENSE DURANTE A SECA DE 1877-79	
2.1. Poder Público x Oligarquia Norte-Riograndense	32
2.2. A Seca e os Socorros Públicos	39
CAPÍTULO 3: O DISCURSO OLIGÁRQUICO SOBRE A SECA	
3.1. Transformação da “Seca do Ceará” em “Problema do Norte”: a unificação do discurso	46
3.2. Natureza Madrasta: a imagem da seca no discurso oligárquico	48
3.3. A produção discursiva da bancada norte-riograndense nas Câmaras dos Deputados e do Senado sobre a seca durante os anos de 1877 e 79	54
CONCLUSÃO	62
FONTES	66
BIBLIOGRAFIA	67

INTRODUÇÃO

A temática da seca já foi abordada em diversas obras, resultando numa grande bibliografia que pode se dizer produzida por “historiadores” tradicionalistas ou “oligárquicos”, romancistas, poetas populares, e até por “historiadores críticos”, marxistas, etc... . Podendo ser identificada nessas obras perspectivas diferenciadas de tratamento do tema. Na historiografia, será possível perceber momentos distintos em que primeiramente predominam as obras produzidas por intelectuais relacionados às oligarquias nordestinas, trazendo nestas, quase sempre memórias, em que se procura dentro de uma visão positivista, factualista e cronológica, fazer um levantamento de todas as secas passadas, e, discutir suas causas e soluções, como é o caso de Joaquim Alves em sua obra “História das Secas – séculos XVII e XIX”. Noutro momento, observa-se a predominância de obras de origem tecnicista, sendo produzidas quase sempre por técnicos relacionados ou não às oligarquias da região, que tratam o problema de forma estritamente técnico e limitado, pois, apenas discutem as causas do fenômeno e propõem soluções; como por exemplo, José Guimarães Duque em “Solo e Água no Polígono das Secas”. Havendo ainda outros que, abordam o problema de maneira mais crítica, vendo-o não apenas como simples fenômeno natural, mas tratando-o como um fenômeno com implicações sócio-econômicas, e assim, que só agravam ainda mais as distorções existentes nesta sociedade, podendo ser um exemplo, a obra de Itamar de Souza e João Medeiros Filho “Os degradados Filhos da Seca”.

Porém, todas essas obras, buscaram pensar sobre a seca sempre como um problema em si mesma, seja vendo-a como um simples fenômeno climático, que dá origem aos demais problemas da região, seja como um problema que no máximo tem implicações econômicas, políticas e sociais, ou ainda, como algo que simplesmente agrava uma

estrutura sócio-econômica de exploração e de desigualdades sociais profundas já existentes. Todavia, com estas formas de contemplar a seca, sempre sendo colocada como um problema, é deixada de ser questionada como ela veio a se tornar um problema. Pois, as estiagens sempre foram uma constante na região, e mesmo assim, sem ser dado explicações e até sem ser questionada, é unânime tomar a seca de 1877-79 como um marco, em que a seca passa a fazer parte dos interesses dos poderes públicos em torná-la um “problema nacional”.

Portanto, a seca encarada como um fato histórico e social necessita de uma abordagem que tente explicar a constituição simbólica e imaginária criada social e historicamente da “grande seca dos dois sete”, que iram variar ao longo do tempo e conforme o contexto social em que se insere.

Para se entender o porquê da problematização em torno do fenômeno da seca, que se origina no ano de 1877, quando a partir desta, se chamou à atenção e tornou um “problema nacional”, é preciso conhecer os acontecimentos históricos daquele momento.

Partindo do pressuposto de que, segundo Edgar Salvatori de Decca¹, os marcos históricos e os fatos considerados importantes na “história oficial” são criações, invenções, que visavam esconder as pistas de todo o conflito, de toda a luta que leva à ocorrência de um determinado fato histórico, e considerando que em cada momento histórico existem propostas várias acerca de como encaminhar a sociedade e resolver as questões que são colocadas pela realidade; parto da hipótese já levantada por Albuquerque Jr. de que o marco de 1877 foi criado historicamente.

Como o autor citado, analisarei os discursos que construíram este marco histórico, me atendo apenas ao papel desempenhado pelas oligarquias do Rio Grande do

¹ Ver DE DECCA, Edgar Salvatori. apud ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz, Tese de Mestrado, falas de astúcias e falas de angústia, p. 3

Norte nesta criação. Procurarei analisar, especialmente, a atuação dos Senadores e dos Deputados pelo Rio Grande do Norte durante a chamada grande seca de 1877-79, buscando verificar o papel que desempenharam na elaboração do “discurso da seca”. Considerando, como Foucault, toda formação discursiva como uma formação tática, como fazendo parte de uma estratégia que permite um dado agente social alcançar um objeto, esta pesquisa proposta tratará da análise de diversos discursos dos oligarcas norte-riograndenses, elaborados durante os anos de 1877-79 que utilizaram estas falas para criar um imaginário que estrategicamente construiu o fenômeno da seca e sobre a condição que se encontrava a população desta região, e com isso conseguir benefícios econômicos e políticos. Optei por analisar esses relatos no campo da história social, embora, recorra também a uma análise imagético-discursiva, essa é uma pesquisa de trato social.

Analisarei os discursos utilizando duas perspectivas metodológicas: uma que busca ligá-los às condições históricas concretas, que os percebe como elaborações em torno da realidade econômica, social e política, aproximando-se assim da perspectiva marxista; outra que os vê como construções discursivas, que possuem uma historicidade ao nível do próprio discursivo e representam deslocamentos táticos nos enunciados e conceitos que compunham o “mundo dos discursos” ou a *epistémé* daquele momento histórico neste espaço, aproximando-se de uma análise arqueológica dos discursos, tal como pensada por Michel Foucault, e analisada por Roberto Machado.²

Albuquerque Jr. considera que os métodos são insuficientes por si sós, e o próprio Foucault reconheceu que sua arqueologia nem chegava a ser uma teoria. Ademais, existem várias críticas atuais de marxistas à visão de ideologia como mero reflexo do real. No entanto, nas suas últimas obras Foucault já apontava para uma análise de discursos que

² Ver MACHADO, Roberto. apud ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz, Tese de Mestrado, falas de astúcias e falas de angústia, p. 6

não ficava apenas ao nível dos próprios discursos e que não buscava apenas desvendar a sua arqueologia. Suas análises em torno da ligação saber-produção discursiva e poder apontavam cada vez mais para a necessidade de se fazer à ligação entre a produção discursiva e a produção cotidiana da vida, em todos os seus aspectos. Por essas razões optei pela tentativa de utilizar as duas perspectivas, mesmo sabendo que são opções metodológicas diferentes.

Para que se obtenha o material necessário para o desenvolvimento desta pesquisa, possibilitando a análise do contexto em que esta sociedade estava inserida, e se entender o que pretendiam esses oligarcas com a produção desses relatos, se faz necessário recorrer à bibliografia que aborda os aspectos econômicos, sociais e políticos sobre este período no Rio Grande do Norte, para que a partir destas condições, seja possível se identificar às necessidades e aspirações da classe dominante desta época, que geria e influenciava o aparelho do Estado.

A bibliografia, está disponível nas bibliotecas da Universidade, tanto na Biblioteca do Núcleo de Estudos do Curso de História, quanto na Biblioteca Central “Zila Mamede”.

Então, partindo dessas referências sobre em quais situações se encontrava esta oligarquia, buscarei através da análise dos discursos produzidos pelos oligarcas noro-riograndenses, identificar os elementos discursivos utilizados estrategicamente para alcançar benefícios esta classe dominante que controlava o Rio Grande do Norte nos anos de 1877-79. Daí a escolha destes anos como o limite dessa investigação para a análise destes discursos.

As principais fontes da pesquisa, são os discursos presentes nos Anais das Assembléias Parlamentares das Câmaras dos Deputados e do Senado dos anos de 1877 a 79.

E assim, tendo em mãos essas informações e materiais, desenvolverei a análise dos discursos oligárquicos emitidos a partir do Rio Grande do Norte sobre a seca de 1877-79.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, que está dividido em três sub-capítulos nos quais analiso o contexto econômico, político e social em que a sociedade do Rio Grande do Norte estava inserida durante o período da seca de 1877-79, buscarei explicar o porquê da seca ter se tornado um tema tão trabalhado pela oligarquia norte-riograndense como pelas demais do Norte, somente a partir da grande seca de 1877, quando era um fenômeno que atingia esta área desde de tempos remotos; porque só aí ela se tornou “problema” que necessitava soluções a nível nacional.

No segundo capítulo, que está dividido em dois sub-capítulos, tratarei da participação dos representantes políticos da Província do Rio Grande do Norte nas Câmaras dos Deputados e do Senado, quanto à execução de suas atividades cotidianas nestas Casas Legislativas; quais os assuntos mais tratados por cada um destes parlamentares e se estes tem alguma relação com a temática da seca, que ocupa neste momento o auge das discussões entre os parlamentares nortistas. Abordarei as condições em que se encontravam as finanças províncias do Rio Grande do Norte durante a seca de 1877-79, analisando sua ligação com o processo de corrupção generalizada que foi levado a cabo por parte das pessoas que tanto dirigiam o aparelho do Estado quanto administravam as verbas e os socorros públicos enviados pelo governo no decorrer desta seca.

No terceiro capítulo, é analisado finalmente o discurso da oligarquia norte-riograndense sobre a seca de 1877-79. Divido em três sub-capítulos, este trata não de um discurso visto como o sendo um discurso dominante, pelo simples fato de ser o discurso de uma parte da classe dominante que detém o controle político de sua área de atuação e detém o domínio econômico. Este discurso é visto aqui nesta análise como um discurso particular,

que também aborda a seca, e que forneceu certamente o maior número de elementos para formação do “discurso dominante da seca”. Ele é observado como uma visão sobre o fenômeno, que se torna hegemônico, pois, irá ser moldado com a incorporação de diversos elementos combinados diferentemente, levando a mudanças de estratégias, dependendo do agente social que fala e os objetivos que quer alcançar, comporá, então, estes vários enunciados juntos um núcleo que passará então a formar um “discurso da seca”. Utilizado por todas as oligarquias nortistas e que, também, o será pela oligarquia norte-riograndense.

Procurar pois as causas históricas da origem e formação do “discurso da seca”, percebê-lo enquanto historicamente produzido e como sendo produto de deslocamentos no interior da economia dos discursos da oligarquia nortista e conseqüentemente norte-riograndense durante os anos de 1877-79. Notando as condições históricas que produziram o próprio “problema”, vendo várias elaborações, feitas pela oligarquia principalmente norte-riograndense, discursivas e simbólicas que este “problema” provocou. Como este “discurso da seca” foi utilizado pela oligarquia do Rio Grande do Norte durante o período desta seca de 1877-79 em defesa de seus próprios interesses e, ainda, um breve balanço nas considerações finais dos efeitos e do melhoramento efetivo na vida da população da Província do Rio Grande do Norte de um modo geral, gerados com o que foi destinado através das verbas e dos socorros públicos pelo governo para salvar e melhorar a vida de toda a população vítima deste flagelo nesta área. Estas são as preocupações deste trabalho.

CAPÍTULO 1: CONTEXTO DE “CRISE”



1.1. Crise econômica

A seca, que ocorre no ano de 1877, surgiu em meio a uma “grande crise” em diversos campos de atuação da oligarquia nortista e, dentre elas, encontrava-se também mergulhada nesta realidade a oligarquia do Rio Grande do Norte.

No plano econômico, os dois principais produtos de exportação do “Norte”, o açúcar e o algodão, foram atingidos por uma crise do mercado internacional. Tendo o “Norte” uma economia basicamente direcionada para a exportação, ficava sujeita a crises periódicas que ocorriam devido à baixas dos preços nesse mercado.

Quando ocorre a seca de 1877-79 o Rio Grande do Norte praticava a atividade agro-exportadora, com suas principais atividades econômicas voltadas para o mercado externo vinculado à economia mundial, fundamentando sua economia no açúcar e a complementando com o algodão. Todavia, existia a prática de outras atividades nesta Província, destinada sua produção para o mercado interno, como a pecuária que proporcionava também a exportação de couro, mas, com menor expressão econômica que os outros produtos já referidos. Além destes, ainda, o sal e a carnaúba eram comercializados com outras Províncias brasileiras.³

A ocorrência da grande seca de 1877/79 acentuou a diminuição da atividade pecuarista desenvolvida no Rio Grande do Norte podendo ser considerada o fator determinante da consolidação das culturas da cana-de-açúcar e, principalmente, do algodão no Rio Grande do Norte, pois, com a grande redução do rebanho local durante esta

³ MONTEIRO, Denise Mattos. Introdução à História do Rio Grande do Norte, p. 169

estiagem⁴, a área que antes era destinada à criação do gado foi ocupada em grande medida pelo algodão.

O surto algodoeiro do período do “cotton-hunger” (1861-1865), mesmo sendo uma fase de euforia - pois com o fim da Guerra da Secessão e com a volta dos Estados Unidos ao mercado, nota-se o declínio brusco do preço do algodão - é um elemento importante nessa ascendência da cotonicultura como setor da economia sertaneja, da qual passa a ser a atividade fundamental da Província.⁵

Sobre o cultivo da cana-de-açúcar, pode-se afirmar que a partir de 1845/47 o domínio absoluto da pecuária foi abalado pela seca ocorrida nesse período, e nos vales do Rio Grande do Norte começaram a se desenvolver mais intensamente o plantio da cana-de-açúcar competindo com a criação de gado desta época. Ademais, embora a produção de açúcar seja o setor mais ativo da economia norte-rio-grandense a partir das primeiras décadas do séc. XIX, à medida que a expansão da produção algodoeira incorporou as áreas das zonas do Agreste e do Sertão ao mercado internacional capitalista, o açúcar começou a sofrer a forte concorrência do algodão que avançava sobre áreas antes dominadas por esta produção.⁶

A atividade açucareira no Rio Grande do Norte, como nas Províncias do Norte, é prejudicada em decorrência da crise no mercado Internacional, que piorou na década de 70, devido à concorrência com o açúcar de beterraba no mercado europeu, restando-lhe apenas o mercado norte-americano e o mercado interno. Somado a tudo isso se tem como agravante o atraso de inovações tecnológicas, que não permitia um aumento da produtividade e uma melhora na qualidade do açúcar. Sendo importante mencionar que o

⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p.383

⁵ MARIZ, Marlene; SUASSUNA Luiz Eduardo Brandão. História do Rio Grande do Norte. Império e República (1822-1934), p.58

⁶ Ver ANDRADE, Manuel Correia de. apud ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz, Tese de Mestrado, falas de astúcias e falas de angústia, p.28

Rio Grande do Norte é o único Estado produtor de açúcar que entra no séc. XX sem uma única usina de açúcar. Estando sempre esta Província em relativo atraso em relação às Províncias vizinhas.⁷

É observado que, há uma queda dos preços, tanto do açúcar quanto do algodão devido à uma grande depressão que afetou a economia mundial de 1873 a 1896.⁸

Nesse momento, o açúcar precisava se tornar competitivo no mercado externo. E a modernização do setor açucareiro mostrava-se como uma medida necessária para sua recuperação do mercado, pois permitiria a produção de um açúcar de melhor qualidade e de baixo custo.

Em princípios de 1877 no vale do Ceará-Mirim, que desenvolvia o cultivo da cana-de-açúcar, houve uma tentativa frustrada de industrializar a sua produção. Porém, as medidas tomadas pela Província do Rio Grande do Norte não chegaram a concretizar os planos de uma maior modernização das suas principais atividades, como se pode observar com a tentativa de fundar o Engenho Central em 1875 com um mínimo de produção de 500 toneladas inglesas de açúcar anualmente, contrato que foi prorrogado, adiado e esquecido. E depois em 1877, reincidido o contrato com Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, tornou-se essa proposta apenas mais uma tentativa de modernização do setor açucareiro no Rio Grande do Norte sem êxito.

Com relação ao algodão, em 1877 a Presidência da Província assinou um contrato com o mesmo Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, para a instalação de uma fábrica de tecidos que só apareceria onze anos depois.⁹

⁷ MARIZ, Marlene; SUASSUNA, Luis Eduardo Brandão. História do Rio Grande do Norte. Império e República (1822-1934), p.58

⁸ MELO, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império, p.14

⁹ CASCUDO, Luis da Câmara.. História do Rio Grande do Norte, p. 383

Embora seja passível de análise o fato de contratos estabelecidos nesta Província freqüentemente não serem efetivamente honrados, e isso possa também ser considerado um prejuízo para seu desenvolvimento econômico, é possível perceber que a crise econômica presente não era mera conjuntura, ela tinha nítidos componentes estruturais, como a imensa carência de capitais originada nas reduzidas taxas de lucro e na acentuada intermediação da produção do açúcar e algodão, que inviabilizava investimentos na modernização da produção, tanto agrícola quanto industrial. Este tema foi um dos que esteve mais presente nos discursos e reclamos dos representantes das classes dominantes nortista que participaram do Congresso Agrícola realizado em Recife em 1878.¹⁰

Com relação à produção norte-riograndense, Denise Takeia conclui que “No Rio Grande do Norte, a falta de capitais na agricultura, financiando a produção, era sentida como um dos maiores problemas a serem enfrentados pelos que se dedicavam à atividade”.¹¹

A posição ocupada no mercado internacional pelo Rio Grande do Norte, como também pelas outras Províncias do “Norte”, já levava conseqüentemente a descapitalização da região, devido a sua forma de participação na dinâmica do capitalismo a nível mundial, acentuada por “uma transferência líquida de recursos do Norte para o Sul, sob a forma de movimentos de fundos governamentais” já que o “Império assentou-se num processo de espoliação que no Norte se apresentou semelhante a uma situação colonial de tipo clássico, isto é, de tipo fiscal”.¹²

A baixa capitalização não só retardava e dificultava a modernização da produção açucareira, como também a modernização do beneficiamento do algodão e até

¹⁰ Ver trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, págs. 139, 276, 280, 320-1, 330-2, 334, 336, 346-7, 349, 356, 396, 403, 405. apud. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 29

¹¹ TAKEIA, Denise. apud ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 29 (nota 23)

¹² MELO, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império, p. 257

mesmo a montagem de uma insipiente indústria têxtil que já nasce obsoleta, produzindo apenas tecidos grossos.¹³

A carência de mão-de-obra era outro elemento que perturbava a atividade econômica, pois, como analisa Albuquerque Jr. na verdade o que existia era uma abundância de braços, mas uma carência de mão-de-obra.

Essa situação se explica, porque, a população escrava que já vinha declinando desde a abolição do tráfico de escravos em 1850, foi ainda mais reduzida pela ocorrência da seca de 1877-79, principal fator deste declínio pois provocou a mortalidade de um grande número de escravos e, em segundo lugar, pelo tráfico interprovincial, que exportava essa mão-de-obra escrava para as provinciais do Sul, principalmente no período de ocorrência desta seca, pois, muitos escravos foram exportados para que não morressem e assim ocasionasse uma maior descapitalização de seu proprietário.

Muitos autores constataam essa situação¹⁴, sendo o tráfico interprovincial um assunto tratado em diversas sessões parlamentares tanto do Senado, quanto da Câmara dos Deputados.

O tema sobre o tráfico interprovincial ganha mais espaço nas discussões parlamentares quando é sugerido por deputados sulistas de tendências abolicionistas a proibição desta prática, porém, deputados nortistas irão defender o tráfico alegando que o escravo era uma propriedade, e como tal, poderia ser vendido de acordo com o interesse do seu dono, e que esse tipo de negociação na verdade era usada para saldar dívidas dos agricultores que em muitos casos estavam sujeitos a perderem suas fazendas para os capitalistas (credores) que cobravam juros onerosos, então vendiam nas províncias do Sul

¹³ CANO, Wilson. apud. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz, Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 30

¹⁴ Ver sobre o tráfico interprovincial autores como: MONTEIRO, MARIZ e ALBUQUERQUE JR.

seus escravos, pois estes nas Provinciais do Norte tinham preços baratos e eram desvalorizados.

Sejam quais fossem os motivos alegados nos discursos elaborados sobre o assunto para justificarem o tráfico interprovincial, a migração de escravos na década de 70 ocorria seja pela menor capacidade de manutenção da mão-de-obra numa economia em crise, seja pela própria seca que obrigou a muitos proprietários a se desfazerem de seu plantel. Embora, a venda de escravos tenha significado uma descapitalização, devido aos preços declinantes nesta década.

A população escrava do Rio Grande do Norte era relativamente menor se comparada com as Províncias vizinhas, embora, houvesse ainda a prática do tráfico de escravos do Rio Grande do Norte também para outras Províncias do Norte via Mossoró, e pelo próprio contexto econômico nortista, estes escravos provavelmente seriam repassados para as Províncias do Sul, causando, de toda maneira, um decréscimo no número de escravos.¹⁵

QUADRO

PERCENTAGEM DE TRÁFICO INTERPROVINCIAL DE ESCRAVOS CHEGADOS A CAMPINAS (NO SUL CAFEEIRO)

PROVÍNCIAS DE ORIGEM	PERCENTAGEM DE ESCRAVOS CHEGADOS À CAMPINAS				
	1865/66	1868	1875	1877	1878/79
Pernambuco	33%	26%	7%	8%	12%
Ceará	12%	11%	4%	8%	10%
Paraíba	-	2%	1%	9%	5%
Rio Grande do Norte	-	1%	1%	4%	7%

NOTA: Através dos dados demonstrados na tabela acima é possível se perceber que, tanto o Rio Grande do Norte pratica o tráfico interprovincial em menores proporções se comparado com as províncias que são suas vizinhas, como ainda é possível se notar que os percentuais crescem durante a ocorrência da seca de 1877-79.

FONTE: Robert Slenes – The Demography and Economics of Brazilian Slavery : 1850-1880/Tabelas 4-4 e 4-5, pág. 192 e 194. Citado por Albuquerque Jr., Op. Cit. pág. 32

¹⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte p. 49

Com o rápido declínio da população escrava, surge a falta de mão-de-obra, não pela falta de braços, mas pela não disponibilidade dos trabalhadores livres, que representavam uma significativa parcela da sociedade, mais presente no sertão do que nos canaviais do litoral, onde havia uma maior concentração de escravos.¹⁶

Esses “caboclos”¹⁷, descendentes dos índios, preferiam se ocupar na economia de subsistência, que sempre se expandia em tempos de crise da grande produção, ocupando as franjas dos latifúndios, canavieiro ou algodoeiro, ou mesmo se estabelecer em regiões de pequena produção, do que se “sujeitar” ao trabalho na grande lavoura.¹⁸

A falta de mão-de-obra é gerada pela dificuldade em disciplinar esta mão-de-obra livre, há muito marginalizada dentro desta sociedade escravista, acostumada a viver de precárias formas de subsistência, ou mesmo da resistência destes homens livres em trabalhar para os latifundiários, por verem no trabalho uma marca da escravidão.

Devendo ser esta carência de mão-de-obra relativizada pela própria realidade de uma economia em crise, que tanto ocasionava a redução de empregos, como também pela deficiência de capitais que não proporcionava condições de pagamento de salários que servissem de incentivo para esta mão-de-obra.

Essa questão relacionada à necessidade de mão-de-obra para a grande lavoura é tratada de maneira explícita nos discursos de membros da elite nortista no Congresso Agrícola de 1878, quando chegam a solicitar a criação de leis que punissem o que eles consideravam a “preguiça” e a “vagabundagem”.¹⁹

A ligação direta existente entre a crise econômica e a seca de 1877, é bem definida por Albuquerque Jr. ao afirmar que: “O crescimento progressivo do setor de

¹⁶ MONTEIRO, Denise Mattos. Introdução à História do Rio Grande do Norte p. 185

¹⁷ Ibid. p. 184

¹⁸ FURTADO, Celso. apud ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 33

¹⁹ FURTADO, Celso. apud ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 34

subsistência e a conseqüente crise do setor de exportação explicam as conseqüências ‘catastróficas’ da seca de 1877, que ocorre numa época de fragilidade da estrutura econômica da região.”²⁰

A condição de crise da lavoura é mencionada em inúmeros discursos e, em muitos destes, há referência à necessidade de modernização não apenas do setor produtivo, mas também da infra-estrutura comercial. Assim, os Deputados nortistas solicitavam em seus discursos na Câmara que, no mínimo, houvesse uma melhoria urgente das estradas estragadas e a reparação de pontes que desabaram com a ocorrência de fortes chuvas e enchentes no período de inverno, não deixando de mencionar que os fatos aconteceram anteriormente à “seca”. Para o envio da produção em direção às “distantes” estradas de ferro, rios e portos era utilizado um precário meio de transporte, qual seja, o lombo de animais, considerado incômodo e dispendioso, gerando prejuízos aos produtores.²¹

Com uma economia voltada para a produção de exportação, a Oligarquia Nortista alegava que esta área necessitava de uma melhoria em seus portos para escoar a produção, bem como de estradas de ferro ou de rodagem que permitissem a uma circulação rápida das mercadorias, barateando, assim, os fretes, o que iria repercutir no preço dos seus produtos. Diziam ser esses fatores essenciais para que fosse possível a prática de uma concorrência mais equilibrada com o mercado externo.

Portanto, o grande impacto causado pela seca de 77 pode ser explicado pela presença de elementos como a expansão do setor de subsistência, que nesse momento é ocupado pela maior parte da população vulnerável a ação da seca sendo atingida em proporções inesperadas, pela crise das atividades de exportação, com o declínio dos preços

²⁰ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 33

²¹ Câmara dos Deputados, sessão em 24.03.79, p. 178

do açúcar e do algodão durante toda década de 70, somada a toda fragilidade estrutural da economia neste momento.

1.2 Crise Política

A seca iniciada no ano de 1877 surge num momento de profundas transformações políticas nacionais e regionais, que levaram a uma gradativa perda da importância política da classe dominante nortista, a níveis nacionais, e a uma reordenação da própria hierarquia de poder entre parcelas desta classe dominante no interior da região.

O processo de decadência do poder político das oligarquias do Norte em relação as do Sul provém de uma progressiva diferenciação econômica que se estabelece entre ambas ao longo do século XIX.

A consolidação da desigualdade intranacional iniciada na década de 1870 entre as duas regiões brasileiras – Norte e Sul - tem sua origem no distanciamento gerado pelo gradual crescimento econômico e expansão da cultura cafeeira sulista, e contínua crise nortista. Em que, de um lado, o desenvolvimento econômico do Sul fortalece a classe dominante desta região, além de criar novos grupos políticos, como por exemplo, comerciantes e industriais, com a captação de grande parte dos recursos nacionais e investimentos. E do outro lado, a crise econômica em que o Norte está imerso enfraquece cada vez mais sua classe dominante, atingindo principalmente o grupo açucareiro, de grande importância política em âmbito nacional.

Num processo de centralização do poder, testemunha-se, pois, a tendência do Estado imperial em conter as aspirações político-econômicas de algumas províncias,

especialmente as do Norte.²² O capital estrangeiro financiava grande parte desta centralização, que objetivava manter a unidade política e territorial do Império, abalada por revoltas de caráter descentralizador e até separatista, e simultaneamente, gerava condições para que o Estado imperial pudesse exercer sua função de agente modernizador do aparelho econômico, fornecendo garantias e criando mecanismos de aplicação do capital estrangeiro no país.²³

No entanto, a política econômica imperial tende a beneficiar a área mais dinâmica da economia nacional, à medida que o grupo sulista passa gradativamente a controlar o Estado imperial.

Com o progressivo fortalecimento da classe dominante sulista e seu controle sobre o aparelho do Estado a dependência da classe dominante nortista em relação ao Estado pelos possíveis benefícios que este possa proporcionar cresce com a crise econômica da década de 70. Porém, como analisa Albuquerque Jr., cria-se um clima de descontentamento com este mesmo Estado “(...) à medida que a política fiscal, financeira e cambial empreendida pelo Império penaliza ainda a já combalida economia nortista. O imposto de exportação tenderá a se tornar cada vez mais escorchante com a crise vivida pela economia agro-exportadora nortista”. O Sul era quase sempre o principal beneficiado com a política de centralização dos recursos e do retorno destes através de investimentos.

São constantes as denúncias e reclamações nos discursos produzidos pelos parlamentares nortistas, quando comparam as vantagens e créditos concedidos as Províncias do Sul e os concedidos às províncias do Norte, sendo privilegiadas sempre às sulistas. Os Deputados e Senadores do Norte tentavam, em alguns momentos, reivindicar o

²² Ver Gadiel Perruci. apud ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 36

²³ “... ao governo imperial, o capital estrangeiro proporcionava os recursos financeiros e tecnológicos, com que afirmar, de maneira prática e política de centralização seguida desde os anos 40...”. MELO, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império, p. 194

mesmo tratamento para as duas áreas, com relação a créditos e investimentos, alegando que a lavoura do sul não se encontrava em condições de prosperidade como se queria fazer acreditar. Por exemplo, durante a discussão do orçamento da agricultura nas reuniões da Câmara dos Deputados é levantada a questão de que, se comparada à dívida da lavoura do sul com relação à do norte, e a baixa do preço do café, que em 1879 já vinha declinando por mais de dois anos, seria certo que, brevemente, a lavoura do sul estaria nas mesmas condições que a do norte, em termos econômicos. Fazendo alusão de que “(...) si a lavoura do norte está morta, a do sul também caminha, do mesmo modo, para a sepultura”.²⁴

Numa tentativa de reação a perda cada vez maior do seu prestígio e importância na política nacional que acontecia nesse momento de crise para a oligarquia nortista, o representante pela província do Rio Grande do Norte, Bezerra Cavalcanti, na Câmara dos Deputados, levanta, por exemplo, uma discussão sobre uma eleição ocorrida em São Paulo durante aquele ano de 1879 em que indiretamente reclama das concessões e dos abusos permitidos às províncias do sul pelo Governo, argumentando a existência de “interesses” que levariam a sua nulidade e solicitando a revisão deste pleito.

Entretanto, Moreira de Barros, Deputado de São Paulo, irá aproveitar a oportunidade criada pela crítica do Deputado norte-riograndense às eleições desta província para indiretamente criticar também as eleições do Rio Grande do Norte, insinuando que esta província estaria mais sujeita às fraudes e beneficiamento ilícito através de eleições, devido ao seu atraso e pobreza.²⁵

Ainda em sua “denúncia” sobre tal eleição ocorrida na Província de São Paulo, Bezerra Cavalcanti, alega ter havido até mesmo, a tentativa de induzir a Câmara a interpretação desta eleição, de uma maneira, que alterava a regra prescrita pelo regimento

²⁴ Fala do Sr. Jeronymo Sodré, Câmara dos Deputados, sessão em 21.03.1879, p.116

²⁵ Falas dos Srs. Bezerra Cavalcanti e Moreira de Barros, Câmara dos Deputados, sessão em 11.01.1879, p. 462

daquela Casa Legislativa, em razão de se achar envolvido nesta eleição um Ministro de Estado, pois, este pleito foi aprovado e considerado válido pelo Presidente da Câmara, sem submetê-la a apreciação e votação dos Deputados que compunham aquela Câmara. Tendo já acontecido anteriormente tramites eleitorais em situações semelhantes, durante os anos de 1878 no Pará e em São Paulo, quando também aconteceram muitas restrições e a não discussão destas eleições por toda a Câmara dos Deputados.²⁶

Trilhando o caminho da centralização, o Estado imperial acaba em 1873 com a convocação permanente da Guarda Nacional, medida que irá abalar o poder dos coronéis que não poderá mais convocá-la²⁷; crescendo assim, o descontentamento da elite agrária da região com a Monarquia, que desarticula a mão-de-obra antes arregimentada pelos coronéis das províncias do Norte, gerando com esta política de recrutamento militar, um clima de hostilidade entre ambas, embora, muitas vezes a classe dominante nortista assumisse esta posição associada à outra de freqüentemente requerer a intervenção do Estado para solucionar os problemas vividos pela região.

Entretanto, na esfera econômica a crescente burocratização do Estado imperial e sua maior intervenção eram vividas contraditoriamente pelas elites agrárias do Norte, pois, como afirma Albuquerque Jr. “ora as denunciava como asfíxiantes e discriminatórias e ora as reivindicavam como forma de ajuda-la a reordenar o seu espaço econômico em crise”. Sendo que esta intervenção maior do Estado irá afetar a própria estrutura tradicional de poder na região, onde o poder que se exercia através do cargo público era estendido para a dominação com fins particulares.²⁸

²⁶ Fala do Sr. Bezerra Cavalcanti, Câmara dos Deputados, sessão em 11.01.1879, p. 437 / 438

²⁷ A lei 2.395 de 1873, estabelecia que a Guarda Nacional não ficaria convocada permanentemente mas sim só em caso de guerra externa, rebelião, sedição ou insurreição e assim mesmo “pelo tempo estritamente preciso”. Hamilton de Mattos Monteiro, apud ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 39 (nota 41)

²⁸ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, apud ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 41



A maior presença estatal tende a separar progressivamente a esfera do público da esfera do privado, surgindo o Estado como uma instituição autônoma, como um limite ao poder discricionário do grande proprietário de terras, embora este encontre muitas formas de superar estes limites; mas só o fato de num mesmo local surgir mais de uma figura que encarna a autoridade é perturbador para este homem acostumado a sua única autoridade.²⁹

Com a ascensão da oligarquia algodoeira-pecuarista em contraste com o declínio da oligarquia açucareira, nota-se também sensíveis alterações na estrutura de poder a nível regional.

Neste período, no Rio Grande do Norte, o açúcar sofre uma lenta, porém crescente, concorrência do algodão com o processo de consolidação e expansão da cotonicultura provincial. E, embora, não haja neste momento uma expressiva influência e representação política por parte dos grandes produtores de algodão pelo Rio Grande do Norte no âmbito nacional, estes começaram gradativamente a ganhar espaço na política local. Como pode ser percebido com relação à representação Parlamentar a níveis da Câmara dos Deputados e do Senado durante a década de 70, período em que se acentua a desigualdade entre as regiões do país, estes cargos são exercidos predominantemente por senhores de engenho.

Os maiores problemas no mundo da política foram as constantes ameaças das camadas populares, que no Rio Grande do Norte, como em outras províncias nortistas, se manifestaram com revoltas como a do “Quebra-Quilos” ocorrida entre 1874 e 1875, demonstrando o descontentamento com as mudanças que realizavam uma modernização conservadora, e o cangaço visto como outra forma de ameaça ao domínio da elite norte-

²⁹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, apud ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 41

riograndense, que cada vez mais percebia a necessidade de uma redefinição na sua estratégia de dominação.

Com a vinda da seca de 1877-79 num momento em que a classe dominante do Rio Grande do Norte, como as demais nortistas, encontram-se em crise econômica e com redefinições na estrutura de poder no plano nacional e local com sua perda de espaço político, a oligarquia norte-riograndense, terá ainda que enfrentar as manifestações revoltosas das camadas populares, o que deixará esta elite receosa quanto ao seu futuro.

As oligarquias nortistas neste período adotam uma postura de animosidade e rebeldia diante do Estado Imperial, pretendendo com isso, na verdade, chamar a atenção e, ao mesmo tempo, pedir a proteção deste para enfrentar os problemas vividos por esta parcela da classe dominante em sua área.³⁰

1.3. Crise social

A falta de chuvas nos anos de 1877-79 agravou, se não fez chegar ao auge, a crise social que atingia o Norte. Crise presente em todo processo de transição e de mudanças, que atinge a rotina diária de vários grupos sociais e dos indivíduos, e de suas relações sociais, intensificando ainda mais o caráter conflituoso e violento destas relações.

Quando irrompeu a seca de 77 no Rio Grande do Norte, esta Província apresentava uma estrutura social dividida em duas realidades, uma predominante na zona da Mata, e outra no Agreste e no Sertão.

Na zona da Mata, as relações sociais baseadas numa sociedade escravista, mesmo em decadência, levavam a uma organização desta sociedade de maneira que o grande proprietário de terra, o senhor de engenho, ao lado de grandes comerciantes e

³⁰ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 44

comissários responsáveis pelo comércio de exportação, ocupassem a mais alta posição social. Podendo ser dito que estar ligado a exportação era fazer parte dessa classe, e esse fato não acontece só na sociedade da zona da Mata, como será demonstrado adiante. Abaixo destes, ocupando uma posição mediana, estão os pequenos proprietários de terras, os oficiais de justiça, professores, funcionários públicos, artesãos, mascastes, vendedores ambulantes, balconistas, costureiras e uma série de outros trabalhadores em condições semelhantes. Sendo representada a camada social mais baixa por trabalhadores livres e sem terras, pelos assalariados urbanos e jornaleiros agrícolas, os moradores, empregados domésticos e os escravos que tinham cada vez mais sua importância reduzida, devido ao avançado processo de transição que se operava nesta sociedade para relações de trabalho livre.

No Agreste e no Sertão eram estabelecidas, em sua maioria, relações de trabalho livre. Nestas, a maior expressão social era exercida pelo fazendeiro, o criador. Sendo inserido nesta camada social, devido o processo de consolidação nesta zona da cotonicultura voltada para exportação, a figura do comerciante, do comissário e do beneficiador de algodão, que estavam unidos pelo envolvimento com o mercado capitalista de exportação do algodão. A classe média desta zona não diferia em muito da zona da Mata, a não ser, pela importante presença do sitiante, ou pequeno proprietário de terra que, no Agreste, representava grande parte da população. Os que ocupavam a posição mais inferior se assemelhavam aos da zona da Mata, sendo que, os escravos nesta sociedade tinham menor importância que os trabalhadores livres sem terra, ou seja, parceiros, foreiros, arrendatários, meeiros e moradores, que constituíam o grosso da mão-de-obra utilizada.³¹

³¹ Esta divisão da sociedade do Rio Grande do Norte amparou-se na divisão da sociedade do Norte baseada nas categorias sociais encontradas nos Relatórios de Presidentes de Províncias, bem como nas divisões apresentadas por Marly de Almeida Gomes Vianna e Hamilton de Mattos Monteiro, em seus trabalhos: A Estrutura de Distribuição de Terra no Município de Campina Grande (180-1905) e Crise Agrária e Luta de

Assim, a estrutura social predominante deste período alicerçou-se, em função das atividades econômicas da Província, privilegiando o senhor de engenho atuante na zona canavieira e o criador de gado e cotonicultor da zona Agreste e do Sertão, utilizando em seu benefício o trabalho dos escravos e de grande parte dos outros moradores, explorados pelas relações de trabalho que eram estabelecidas nesta época.³²

Numa sociedade predominantemente agrícola, a condição social dos homens que embora livres não possuem terras, presentes em toda a Província, pode ser explicada pela impossibilidade de aquisição destas, seja por compra a preços distantes do que de fato poderiam pagar ou através da legalização de suas posses, que após a Lei de Terras de 1850, obrigou estes homens livres ou “caboclos” - como também eram chamados estes mestiços de índio “embranquecidos”, e que por isso, não tinham mais direito as terras dos antigos aldeamentos indígenas criados no período colonial - a legalizarem suas propriedades, mediante registro em cartório, obtidas por ocupação ou doação.

Porém, esta obrigatoriedade colocava em risco a propriedade destes homens que freqüentemente tinha suas terras invadidas pelos brancos, que ignoravam as leis, e estavam sujeitos a atos como o ocorrido em Baía Formosa no ano de 1877,³³ quando João de Albuquerque Maranhão Cúnha, grande proprietário rural, senhor do engenho Estrela e herdeiro de André de Albuquerque Maranhão Arcoverde, poderoso representante da oligarquia norte-riograndense e último grande senhor dos canaviais e engenhos nesta província³⁴, exigiu dos lavradores e moradores da Baía Formosa o pagamento de foros sobre esta terra que alegava ser dele, e como houvesse resistência a essa exigência, houve

Classes, págs. 213-214 e 38 respectivamente citados por ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 46 (nota 50)

³² MARIZ, Marlene; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. História do Rio Grande do Norte. Império e República (1822-1934), p. 65

³³ Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte dirigido à Assembléia Provincial em 18.10. 1877

³⁴ MONTEIRO, Denise Mattos. Introdução à História do Rio Grande do Norte, p. 180

um confronto em que habitantes que não fugiram foram mortos ou feridos. E embora João Cúnha tenha sido preso por ordem do presidente desta província, foi absorvido mais tarde pelo júri de Canguaretama, localidade do seu engenho.

As relações sociais estabelecidas na província do Rio Grande do Norte sejam relações de produção, sejam relações de poder, foram fortemente abaladas pelos acontecimentos que se sucediam, como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o crescente direcionamento da produção do interior da província para a exportação, a crise da economia agrário-exportadora e a subordinação política da classe dominante do Rio Grande do Norte, comum neste momento a outras províncias do Norte a nível nacional, intensificando assim, os conflitos e dissensões entre os grupos sociais ou mesmo intragrupos sociais.

É possível se identificar na província norte-riograndense, e principalmente no interior desta área, relações sociais tradicionais no Norte, que são em sua maioria pessoais e de caráter paternalista entre dominantes e dominados, ficando a vida dos trabalhadores controlada em todos os aspectos pelo proprietário da terra onde trabalhavam “de favor”, como se refere a tal situação Carvalho Franco que afirma:

Destituídos de meios próprios de subsistência e com uma vida despojada de significado para quem dependiam, tudo deviam e nada de essencial podiam oferecer aos senhores das fazendas onde se fixavam; por isso mesmo, transformavam-se em seus instrumentos para todo e qualquer fim, inclusive os de ofensa e de morte.³⁵

Esta relação entre o dono da terra e seu agregado apresentava cobranças e deveres mútuos. O “senhor” deveria dar proteção ao seu agregado, defendendo-o da justiça, ou da violência de outro proprietário, dando-lhe ainda assistência jurídica, material e até

³⁵ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho, apud ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 47

espiritual. Porém, tais responsabilidades atribuídas ao proprietário da terra permitiam um forte controle da vida do seu agregado, impondo-o uma série de obrigações, que se não fossem cumpridas, justificaria a aplicação de ações violentas ou de cobranças por parte de seu apadrinhado.

Havendo a quebra do contrato tradicional, essa relação paternalista tende a gerar tensões e conflitos, expressos em manifestações de descontentamento e conflitos sociais a partir da resistência dos dominados.

À medida que a zona do Sertão e do Agreste se volta cada vez mais para o mercado internacional e com a ocorrência do “boom” algodoeiro da década de sessenta, as relações tipicamente paternalistas predominantes nestas zonas entre o proprietário de terra e seus vaqueiros, agregados e moradores necessitarão de uma redefinição, o que proporcionará alterações substanciais, ocasionando o descontentamento por parte dos dominados e o imediato questionamento das novas formas de dominação que estão a se estabelecer.

Essa redefinição atingirá todos os que precisam estar ligados à figura do proprietário-comerciante, desde todas as categorias de trabalhadores rurais livres, submetidos a relações de trabalho não assalariadas, que serão explorados mais intensamente, como também outros agentes ativos no processo da produção do algodão, como os pequenos proprietários e sitiantes, que passam a produzi-lo e vendê-lo ao grande proprietário, tendo em vista que antes praticavam o trabalho independente, feito com a família, e têm que agora se adaptar as novas realidades impostas pelo mercado internacional, com a exigência de melhor qualidade, maior e freqüente produção, sendo algo mais complicado e distante, por isso o grande proprietário, seu vizinho, o “coronel”, mais inteirado com este tipo de negócio será o seu elo com este mercado. Tudo isso acabará

levando o “coronel” a um controle mais direto sobre os pequenos produtores que assim ficam subordinados política e economicamente ao grande proprietário.

Na Zona da Mata, com a gradativa substituição da mão-de-obra escrava pela livre, mesmo que estas relações reproduzam a dominação senhorial³⁶, conduzem a uma maior unificação das relações sociais estabelecidas no Rio Grande do Norte, pois, nesta zona serão cada vez mais utilizadas as formas de trabalho adotadas semelhantemente nas outras zonas desta província. E embora essa transição se suceda em meio a um período de crise econômica que exigirá uma significativa redução da mão-de-obra, não deixará de acontecer de forma traumática para o senhor de escravos, que os tem como propriedade e bens que lhe confere poder e posição de prestígio social. Este grande proprietário acostumado a manter relações de trabalho baseadas no mando e no chicote, terá que se adaptar as novas relações de trabalho firmadas com homens livres ou libertos, arredios ao trabalho penoso das lavouras de cana-de-açúcar.

A presença em todo o Norte, da crise na economia agrário-exportadora, a perda de apoios políticos em termos nacionais e mesmo a transição para o trabalho livre, fará com que a seca de 1877-79 acentue e sirva de pretexto para expressar o descontentamento da classe dominante com o Império através de discursos inflamados e reivindicatórios.

Embora se alegasse nos discursos produzidos nesta época que os responsáveis dos constantes conflitos e violências ocorridos nesta província e nas demais do Norte, fossem a seca e o descaso da Nação com a crise que o Norte enfrentava, é possível perceber que, na verdade este clima conflituoso era gerado por outros fatores peculiares às transformações e modificações que estavam se operando nesta sociedade, que por ocasião destas mudanças, viam atingidas suas estruturas econômicas, políticas e sociais.

³⁶ “No Nordeste senhorial, a decadência econômica facilitou a transição pacífica para o trabalho livre, com fortes traços de dependência, porque o senhorialismo essencial se preservou”. EINSENBURG, Peter. apud ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 49 (nota 56)

Estas mudanças nas relações tradicionais poderão acentuar os elementos de conflito e tensão já existentes nestas relações, provocando assim, diversas formas de revolta e de resistência por parte dos dominados, que desejam a preservação deste mundo familiar a eles, pois, para suas formas de exploração e dominação foram elaborados por estes, numa resistência diária, mecanismos de resistência e conquista de seus espaços. Por isso vêm no avanço de novas formas de exploração e dominação uma ameaça para qual ainda não possuem armas de defesa e não as compreendem.³⁷

As relações sociais tradicionais serão defendidas com movimentos sociais de expressão como Quebra Quilos em (1874-75) e o cangaço ocorridos na Província do Rio Grande do Norte no final do século XIX. Estes movimentos acentuarão a consciência de crise da classe dominante, que se aterrorizará com a ameaça de perda de seu controle sobre as camadas populares.

Embora Bezerra Trindade refira-se ao período de 1840-1889 como um momento em que na política – que pode também ser interpretada aqui como forma de controle tanto político quanto social - “vivia-se à era da pacificação e da conciliação” no Brasil, ele observa ainda que, essa “política” de paz não se aplicava ao Norte, que durante este período apresentou “violentos choques entre os coronéis do sertão, levantes de escravos, banditismo rural e conflitos sociais”. Achando-se esta área, constantemente convulsa, tendo como principais motivos à crise econômica que passava e a luta pelo poder político entre os grandes proprietários de terras.³⁸

Com o clima de convulsão que se instaura, as constantes ameaças das camadas populares, que no Rio Grande do Norte, como em outras províncias nortistas, se manifestaram em revoltas como a do “Quebra-Quilos” ocorrida entre 1874 e 1875,

³⁷ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 51

³⁸ TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra; ALBUQUERQUE, Geraldo José de. Subsídios para o Estudo da História do Rio Grande do Norte, p. 71/ 72

demonstram o descontentamento desta camada popular com as mudanças que realizavam uma modernização conservadora, que buscava compensar a diminuição da renda provincial que afetava a arrecadação devido à crise nas exportações, aumentando os antigos e a criando novos impostos. E o cangaço, um movimento que torna-se uma alternativa violenta de se escapar à dominação, afrontando o poder particular e público numa sociedade pobre e altamente explorada, expressado no Rio Grande do Norte pela figura de Jesuíno Brilhante que começou a atuar como chefe de bando em 1871, sendo uma espécie matuta de Robin Hood, que na seca de 1877 arrebatava os víveres dos comboios oficiais para distribuí-los com os famintos. A atuação deste bando independente durante a seca de 1877-79 é notificada principalmente nos relatórios das Assembléias Provinciais.

A seca de 1877-79 surge num momento de intensos conflitos, que só cresciam durante toda a década de 70 com as profundas mudanças sociais que se processavam nesta sociedade. Sendo a seca apenas um agravante da desorganização e das incertezas que caracterizam todo o período de crise.

CAPÍTULO 2: OS REPRESENTANTES DO “POVO” NORTE-RIOGRANDENSE DURANTE A SECA DE 1877-79

2.1. Poder Público x Oligarquia Norte-Riograndense

Os representantes políticos da província do Rio Grande do Norte durante a seca de 1877-79 são em sua maioria membros da aristocracia rural, originados de famílias que monopolizavam as principais atividades econômicas da província.

Esses homens eram educados em outras províncias, como Pernambuco, ou no exterior, como geralmente acontecia com os filhos de famílias mais abastadas.

Cursavam geralmente a Faculdade de Direito em Recife ou em Paris, tornando-se bacharéis nesta área e após o término do seu curso voltavam ao Rio Grande do Norte para ocuparem cargos públicos e se envolverem com a política, paralelamente administrando as atividades desenvolvidas em suas propriedades e bens.

Durante a seca de 1877-79, os principais representantes políticos dessa província a nível nacional (como Deputados Gerais e Senador) eram figuras senhoriais que faziam parte da aristocracia açucareira, sendo a família Albuquerque Maranhão a típica representante deste poder senhorial na província do Rio Grande do Norte. Apesar da produção açucareira ter dividido seu espaço de importância econômica com a cultura do algodão que vinha crescendo no Rio Grande do Norte, nesse período, o grupo ligado à cotonicultura ainda era insignificante quando se trata de representação política, estando subordinado, ainda (politicamente), aos grandes senhores de engenho.

Estes homens tinham sua dominação política ligada a atividade econômica que praticavam em suas propriedades e na extensão de suas terras, pois neste período terra simbolizava poder.

O Senador pelo Rio Grande do Norte, o Sr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque tomou posse em 06.03.1877 e permaneceu neste cargo até a Proclamação da República. Conhecido, também, como o Visconde de Cavalcanti foi descrito por Cascudo como sendo um inútil, senhorial, rico e feliz e que, como representante dessa província no Senado, sempre expressou por esta um grande desprezo, sempre que possível votando contra os seus interesses. Ocupou uma cadeira no Senado durante todo o período que compreendeu a seca de 1877-79, paralelamente, durante quase todo este período ocupando, também, o cargo de Ministro do Estrangeiro, pelo qual tinha mais atenção e interesse, lutando junto à Câmara do Senado em nome deste Ministério, mais do que em nome do cargo que ocupava de Senador pelo Rio Grande do Norte.

Durante a seca de 1877-79, nas sessões da Câmara do Senado, após uma leitura das falas dos vários senadores, percebe-se que a maioria dos senadores das outras províncias do norte, devido aos mesmos problemas que essas províncias enfrentavam, de um modo geral, freqüentemente referem-se as suas províncias defendendo-as, representando os interesses destas em diversas situações, diferentemente de Diogo Velho Cavalcanti que, embora produza discursos em que articula a seca e outros temas, discorre mais sobre assuntos de interesse do Ministério do Estrangeiro do qual ele é ministro, quando não está apoiando projetos e requerimentos de outros senadores, parecendo esquecer muitas vezes do seu cargo de Senador pelo Rio Grande do Norte.

Sua própria entrada para o Senado é polêmica e sua postura como membro do Poder Executivo em algumas situações é criticada, sendo advertido até mesmo junto com outros senadores, por sua ausência nas sessões do Senado, as quais necessitavam de número

suficiente de membros, ou seja, *quorum* mínimo, para se realizar as votações necessárias. O citado Senador justificava sua ausência com a alegação de estar tratando de sua saúde, o que não pareceu ser convincente, pois nesses casos sempre era comunicado previamente pelos senadores a necessidade de afastamento para tratamento de saúde.³⁹ Durante uma sessão do Senado, suas atitudes são censuradas pelo Senador Jaguaribe do Ceará que qualifica Diogo Velho como prepotente, pois em conversa particular havida entre eles, o último afirmou que poderia influenciar na votação do Senado para sua aceitação naquela Casa Legislativa. Diante disso, o Senador Jaguaribe sugeriu que a entrada de Diogo Velho para o Senado foi facilitada pela interferência do governo, que utilizou sua influência para conseguir “o triunfo indébito de afilhados seus”.⁴⁰

Em outras declarações⁴¹, membros do Senado questionam a eleição de Diogo Velho, ao dizerem que sua eleição não seria válida por não ter a maioria do número total de eleitores da província, não haver uma expressão da maioria das paróquias e dos colégios componentes da divisão eleitoral da mesma província pela qual ele seria Senador. Por esses motivos, pediram a revisão desta eleição e embora tenha sido impugnada por Senadores como por exemplo Jaguaribe, esta eleição acabou por ser aprovada pelo Senado, tomando posse do cargo de Senador o Sr. Diogo Velho, que como menciona Cascudo, “(Senador) Vasconcelos dizia ter ele entrado para o Senado do Império porque encontrara a porta aberta”.⁴² Jaguaribe, ainda sobre este tema, solicitou a suspensão do “ordenado” (remuneração) do Sr. Diogo Velho, acusando-o de ter abusado de sua posição no governo, impondo-se a uma província onde não contava com elementos para sua eleição, sendo por Jaguaribe sugerido a interpretação deste ato como um crime.⁴³

³⁹ Câmara do Senado, sessão ocorrida em julho de 1877, pág. 1, Livro 6

⁴⁰ Câmara do Senado, sessão ocorrida em outubro de 1877, pág. 104, Livro 9

⁴¹ Câmara do Senado, sessão ocorrida em fevereiro de 1877, pág. 211, Livro 2

⁴² CASCUDO, Luis da Câmara.. História do Rio Grande do Norte, p. 183

⁴³ Câmara do Senado, sessão ocorrida em setembro de 1877, pág. 204, Livro 8



Da mesma forma, o procedimento adotado pelos representantes do Rio Grande do Norte na Câmara dos Deputados também está sujeito a observações que expõem vários aspectos negativos de suas participações e posicionamentos durante a seca de 1877-79, o que a seguir será analisado.

Eram quatro Deputados Gerais pela Província do Rio Grande do Norte no período da seca de 1877-79, foram estes: Dr. Francisco Gomes da Silva, Dr. Tarquínio Bráulio de Sousa Amaranto, Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco.

O Sr. Tarquínio de Sousa, Doutor em Direito, foi em Natal Promotor Público e professor de filosofia no Colégio Ateneu. Pertenceu ao Partido Conservador e foi também Deputado provincial. Segundo Cascudo, era de “temperamento equilibrado, justo, sereno, (...) um representante legítimo da boa educação parlamentar e política, grave, prudente, solene, profundamente honesto e em tudo digno”.⁴⁴ Porém, independentemente das qualidades atribuídas a ele por Cascudo, ao ser analisada sua participação na Câmara dos Deputados como Deputado Geral pela província do Rio Grande do Norte durante os anos de 1877-78, observa-se que ele esteve ausente em várias sessões durante seu mandato e, quando estava presente, se envolvia na maioria das vezes em assuntos e projetos pertinentes à outras províncias, apoiando ou participando de tais discussões. Aparentemente neste mandato contribuiu pouco para a província que representava, embora fosse também pouca sua participação nas discussões promovidas na Câmara, seja propositalmente ou por privações no direito a participar⁴⁵, motivo possível, pois, posteriormente, o Deputado Moreira Brandão alegou estar sujeito a essa privação.

⁴⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p. 520

⁴⁵ É possível que em alguns momentos, os representantes pela Província do Rio Grande do Norte, nos anos de 1877 e 79, tenham sido privados de participarem durante as sessões da Câmara dos Deputados devido, provavelmente, à existência de algum mecanismo adotado por esta Casa Legislativa que de alguma forma

Em condições semelhantes participou Gomes da Silva como Deputado Geral pelo Rio Grande do Norte neste período da seca de 1877-78. O Dr. Gomes da Silva, bacharel em Direito, cursou a faculdade em Paris e foi sete vezes deputado provincial, tendo ocupado, ainda, os cargos de Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial, Diretor da Instrução Pública e professor de Francês no Ateneu. Foi jornalista e orador político. Cascudo refere-se a ele como sendo, em sua época, “um dos mais brilhantes espíritos de seu tempo”.⁴⁶ Porém, também teve sua participação bem limitada na discussão dos projetos propostos na Câmara dos Deputados durante os dois últimos anos de seu mandato como Deputado Geral pelo Rio Grande do Norte. Ambos, Tarquínio de Sousa e Gomes da Silva, concorreram, no ano de 1876, como candidatos à vaga de Senador pela Província do Rio Grande do Norte com Diogo Velho que venceu, sendo Tarquínio de Sousa o segundo mais votado seguido por Gomes da Silva que teve o menor número de votos.⁴⁷

Sucederam estes dois Deputados Gerais na Câmara, os Drs. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e José Moreira Brandão Castelo Branco.

Percebe-se, primeiramente, entre estes dois Deputados, uma certa animosidade exposta nos constantes apartes feitos por ambos durante os seus pronunciamentos, principalmente, na hora de defender seus aliados contra denúncias e acusar seus inimigos.

Ver-se-á de um lado Bezerra Cavalcanti, um pernambucano que se radicara no Rio Grande do Norte e ocupava uma posição privilegiada na política local, exercendo o mandato de Deputado Provincial em várias legislaturas ao lado dos conservadores, tendo depois se distanciado destes e se coligado com o lado liberal, mantendo um bom relacionamento junto ao poder central. Grande parte dos discursos de Bezerra Cavalcanti

dificultasse a participação destes membros e privilegiasse a participação apenas das bancadas mais “fortes” e “influentes” politicamente

⁴⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p. 500

⁴⁷ Ibid. p.183

trata de denunciar as várias perseguições políticas e pessoais que sofreu. Estas perseguições de caráter vingativo praticadas pelos seus adversários, deviam-se, como justificava, à sua postura política e seu permanente combate à iniquidade, às fraudes, principalmente eleitorais, e aos abusos de poder, durante toda sua vida política e como juiz.⁴⁸ Outras tantas páginas de suas falas foram dedicadas a defender, pela “honra e lealdade”, seus amigos e correligionários, sendo sempre seu partido, que era o liberal, exaltado nos seus discursos.⁴⁹ E, embora tenha discutido a temática da seca no Rio Grande do Norte e os diversos enunciados que se cruzam com este tema, característica comum dos discursos relacionados à seca deste período, em suas falas na Câmara dos Deputados dedicou um maior número de páginas dos Anais da Câmara a outros assuntos que ele mesmo chamou vulgarmente de “lavagem de roupa”, não ligados a investimentos e melhoramentos para a província que representava durante este ano de 1879⁵⁰, o período final da seca, diferentemente, de outros Deputados das províncias do Norte que articulavam muito mais o tema da seca para captarem recursos.

Do outro lado se tem Moreira Brandão, advogado, poeta e orador, fundador, dirigente e colaborador com a imprensa partidária, da qual sempre esteve ligado, e ao Partido Liberal, sendo um dos chefes de maior prestígio. Foi por dez vezes Deputado Provincial e em outras três legislaturas, Deputado Geral. Foi, ainda, Diretor da Instrução Pública.⁵¹ Sua participação era bem mais ativa na Câmara, quando eram levantadas discussões do tipo “lavagem de roupa”, como foi colocada por Bezerra Cavalcante. Nas

⁴⁸ Fala do Sr. Bezerra Cavalcanti, Câmara dos Deputados, sessões em 21.04 e 1º.05

⁴⁹ Fala do Sr. Bezerra Cavalcanti, Câmara dos Deputados, sessões em 28.04 e 1º.05

⁵⁰ Foram analisadas as falas dos deputados Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e José Moreira Brandão Castelo Branco durante o ano de 1879, pois embora tenham tomado posse no ano de 1878, devido ao extravio de todos os documentos da Câmara dos Deputados que continham as sessões realizadas neste ano de 1878, só foi possível ser analisado os documentos da Câmara correspondente ao último ano da seca de 1877-79. O mesmo fato aconteceu com os documentos da Câmara do Senado, pois os documentos das sessões conferidas nesta Câmara no ano de 1878 também desapareceram, sendo também analisadas as falas proferidas somente nos anos de 1877 e 1879.

⁵¹ CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p. 517

suas falas sobre a seca e outros enunciados que se mesclavam nas discussões com este tema, embora tenha participado, foi limitada sua iniciativa para tratar da seca e de temas que geralmente os demais deputados relacionavam a ela. Esta limitação, como já foi mencionada, pode ser fruto de restrições de participação impostas aos Deputados pela Câmara, que provavelmente, tendiam a priorizar os pedidos de fala de outros membros “mais influentes”.

Moreira Brandão embora diga não se sentir a altura dos seus colegas da Câmara e achar que eles tratam dos assuntos discutidos ali de maneira brilhante e proficiente, diz ele sentir-se no dever de não silenciar e sim ocupar-se com os negócios do Rio Grande do Norte e solicita o seu direito de falar e que não continue a ser privado de se pronunciar.⁵²

A política no Rio Grande do Norte acontecia de maneira que, aparentemente pouco se fazia de fato por esta província, pois os políticos acima citados, principalmente estes dois últimos Deputados Gerais que, durante o período da seca de 1877-79, estavam mais envolvidos com dissidências e rivalidades políticas e pessoais, tratando na maior parte do tempo de defenderem a si e aos seus de acusações de corrupção e fraudes e denunciando seus adversários por abuso de poder, crimes e assassinatos. Além de estarem presentes na política desta província todos esses elementos, ainda existiam as divergências partidárias entre liberais e conservadores, embora, muitos membros desses partidos, no decorrer de sua carreira política, mudassem freqüentemente de posição partidária, estando durante um certo tempo em um partido e depois em outro.

Como se pode observar, além das dificuldades e problemas enfrentados no plano nacional, com toda crise que circunda a política do “Norte” de um modo geral, com sua perda de espaço e prestígio na política nacional, se verá na política representada por Deputados Gerais e Senador do Rio Grande do Norte, constante cuidado e atenção em

⁵² Fala do Sr. Moreira Brandão, Câmara dos Deputados, sessão em 19.03.1879

defender os seus aliados e apontar como culpados seus rivais, nas freqüentes denúncias de corrupção e abuso de poder relacionados à eleições realizadas nesta província e principalmente, aos socorros públicos destinados a socorrer as “vítimas da seca”.

2.2. A Seca e os socorros públicos

A seca de 1877-79 terá grande repercussão pelo fato de ter ocorrido num momento em que, como todo o Norte do Brasil, o Rio Grande do Norte sofre uma grave crise no preço dos seus produtos de exportação e está em processo de transição das relações de trabalho escravo para o trabalho livre. Além do que, simultaneamente a classe dominante desta província está a sofrer uma progressiva perda de espaço político a nível nacional, tendo ainda que enfrentar o descontentamento das camadas populares, atingidas pelas mudanças que se operam e pela crise econômica e social.

Ademais, em meio a toda crise que acontece tanto política, econômica quanto social, a seca em si traz agravantes para a situação em que a província norte-riograndense esta imersa, afetando os múltiplos setores da sociedade já em dificuldade.

A continuação cotidiana do trabalho de exportação, principalmente na produção do algodão, localizada no interior da província, se tornará impossível com a existência deste fenômeno climático.

Para poder sobreviver à crise da economia de exportação grande parte da população norte-riograndense, que antes da crise nesse setor tinha sua subsistência ligada a essas principais atividades econômicas desenvolvidas nesta província, estava praticando uma agricultura de subsistência, da qual tirava seu sustento. Com a seca esta população foi muito afetada, causando sua destruição devido à fragilidade desta atividade diante dos efeitos deste flagelo. Tendo este homem pobre que “fugir” para tentar sobreviver à seca, principalmente o do sertão, onde a seca atinge mais intensamente esta população, irá buscar

alternativas como o deslocamento para as áreas próximas do litoral⁵³, ou daí, em direção à Amazônia ou ao Sul. Como alternativa para aliviar a tensão social nas áreas mais sujeitas à ação da seca, a migração em massa da população será incentivada pelos poderes públicos.

Haverá um grande número de mortos nesta camada popular, com a endêmica desnutrição e fruto das doenças que se alastram rapidamente, tornando-se epidemia entre esta população que busca “fugir da morte”, e também com a aglomeração desta nas cidades que se fixavam, onde havia a distribuição dos socorros públicos pelo governo provincial e nacional, enviando alimento.

Tendo ainda entre esta camada mais pobre os que apelavam para soluções mais violentas, transgredindo a “lei”, praticando o banditismo, com o cangaço, atacando as propriedades particulares de famílias mais abastadas, assaltando, roubando gado, alimentos e tudo o mais que conseguissem levar de valor e que fosse necessário para sobrevivência.

Esta população migrante, diretamente atingida pelos efeitos deste fenômeno climático, na busca por alternativas que as permitissem sobreviver, como são mencionados nos relatos dos Presidentes de Província do Rio Grande do Norte durante o período da seca de 1877-79, recorria a prática desde assaltos aos comboios oficiais que traziam os socorros públicos, invasões de cidades e armazéns até mesmo a prática de pequenos delitos e crimes para que estes fossem presos, podendo ter assim abrigo e uma pequena ração diária na cadeia.

Devido à vulnerabilidade da atividade pecuária a seca, neste período, esta é atingida fortemente com a mortandade do gado. O comércio também se vê completamente desorganizado, pois tem prejuízos tanto o comércio de exportação com a crise deste setor e com a dificuldade de transporte causada pela seca, especialmente do algodão, que era produzido no interior, quanto do comércio interno que também era prejudicado pela

⁵³ Em decorrência desta migração se originam algumas cidades como Rio do Fogo, por exemplo.

destruição da produção agrícola da província, bem como pela concorrência com os alimentos comprados no Sul pelo governo para distribuição aos famintos nesta e nas demais províncias do Norte.

A seca de 1877 fez ainda acelerar o declínio do trabalho escravo, já que os grandes proprietários são obrigados, principalmente do Agreste e do Sertão, a se desfazerem de seus escravos, para que estes por ocasião da seca, não morressem e dessa maneira, não perdessem por completo o capital investido. Assim, esta elite rural mais sensível a sua situação de crise, passa a associar a crise com a ocorrência da seca. E ainda, como lembra Albuquerque Jr., “esta venda de escravos antecedia a própria seca, sendo apenas agravada neste período”.⁵⁴

Somada a crise do setor de exportação e a seca, as finanças provinciais que já viviam perenemente debilitadas em decorrência da centralização financeira do Império, torna-se exaurida, tendo então que recorrer aos recursos enviados pelo governo central para conseguirem cumprir o mínimo de suas obrigações.

Assim, as finanças provinciais passaram a viver do desvio de parte dos recursos remetidos pelo governo imperial, dando início a uma corrupção generalizada, despertando esta elite para a utilização da seca como meio de atrair recursos públicos e reuni-los para benefício próprio, sendo esta corrupção cometida sucessivamente por todos que deste esquema conseguissem tirar proveito.

Sendo freqüentemente denunciadas práticas de corrupção e verdadeiros assaltos aos cofres públicos do Rio Grande do Norte, com desvios dos recursos destinados ou recolhidos por esta Província, iniciados com os primeiros empréstimos obtidos pelo Banco do Brasil nos anos de 1871 e 1876, que gerou a capitalização de dívidas que se acumulavam com o juro-sobre-juros “quase insolváveis”, como relata Cascudo, cometidos

⁵⁴ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 68

ao Tesouro Provincial, que só cresciam durante muitos anos, e a sua precária contabilidade.⁵⁵

Sendo a soma destes recursos carreados para o Rio Grande do Norte durante a seca de 1877-79 uma grande quantia. Como comprovam os números, até 03 de fevereiro de 1879, haviam sido gastos com a seca no Rio Grande do Norte 3.484:161\$880 autorizados pelo governo imperial, tendo sido previsto até junho daquele ano uma despesa em torno de 1.200:000\$000, o que pode ter totalizado uma despesa com a seca de 1877-79 nesta província em torno de 4.684:161\$880. Tendo o Rio Grande do Norte recebido uma percentagem de 12% sobre o total das despesas cobertas por créditos autorizados pelo Governo Imperial destinados ao “Norte Seco”.

Porém, o envio destes valores não foi o bastante para evitar uma taxa de mortalidade comparável a de outras secas, nas quais se recorreu apenas aos socorros particulares ou provinciais, devido a corrupção generalizada, mudando a direção de grande parte destes recursos para o bolso dos particulares, principalmente os cidadãos insignes que compunham as comissões de socorro organizadas em cada município.

Corrupção e grandes abusos praticados com os socorros públicos destinados para socorrer os flagelados no Rio Grande do Norte são denunciados pelo Ministro do Império, e em meio as freqüentes denúncias e reclamações nas sessões da Câmara dos Deputados por vários deles, é exigido o direito de uma maior fiscalização na aplicação destes recursos e um maior rigor aos que “saltam por cima das leis sempre que lhes convém (...); contra aqueles que têm a impiedade de se apoderarem de parte dos socorros destinados aos infelizes e desgraçados”.⁵⁶

⁵⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p. 416

⁵⁶ Fala do Sr. Martinho Campos, Câmara dos Deputados, sessão em 11.02.1879

Todavia, nem todos os grandes proprietários ou membros da elite rural conseguem suportar as tamanhas dificuldades que enfrentam. Diante da crise econômica, ainda têm como agravante a seca, e principalmente os médios proprietários, acabam por falir durante a seca de 1877. E como observa Albuquerque Jr., este fato possibilitará o entendimento do que torna esta seca diferente das anteriores, pois,

(...) atingindo esta elite rural num momento de muitas dificuldades, vai levar a que alguns de seus membros sejam jogados na miséria, o que causa um verdadeiro pânico nesta elite, provocando sua reação indignada contra a falta de proteção que lhe é negada pelo Império, enquanto este cobre os cafeicultores de benesses.⁵⁷

Portanto, a falência de médios proprietários desperta na classe dominante local a consciência da gravidade da situação que se encontrava, seguida de um despertar nacional para a existência do fenômeno da seca em todo o Norte, impulsionado pela imprensa local, inicialmente, e nacional, posteriormente. Esta mostra a miséria de maneira sensacionalista, o que contribui para uma divulgação das cenas tristes de morte, dor e desespero que ocorreram nesta área durante esta calamidade pública. Assim a imprensa contribuiu diretamente para despertar a classe dominante para a utilização da seca como um caminho para sensibilizar a opinião pública nacional, explorando então este tema.

Sendo, a partir daí, a temática da seca de 1877, abordada nas Assembléias Provinciais e no Parlamento Imperial. A classe dominante, toma, a seca agora como uma poderosa arma em suas mãos para sensibilizar toda a Nação. E assim, politizando a seca para que esta se torne o centro das atenções, para que esteja acima de qualquer outro problema que acometa o Norte, transformado-a numa solução e meio para carrear recursos e doações para esta área, com que pudessem recuperar-se da crise econômica que

⁵⁷ Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte, Manuel Januário Bezerra de Montenegro, em 04.12.1878 referindo ao empobrecimento de pessoas abastadas. apud ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 78 (nota 90)

enfrentavam. Abordar o fenômeno da seca fazia com que suas palavras fossem ouvidas no plano nacional, embora suas vozes tivessem aí cada vez menos eco.

A seca converte-se, pois, em “problema do Norte” e conseqüentemente do Rio Grande do Norte, sendo a explicação para todos os outros problemas. No entanto, para que as alegações sobre a ocorrência de secas e a captação de recursos para esta área fosse aceito pelas demais classes dominantes do país era necessário articular em todo desta temática todo um discurso político que associasse a seca outras reivindicações básicas da classe dominante nortista.

A seca de 1877-79 passa a ser um resumo dos problemas enfrentados por todos os grupos sociais durante este período. Identificando Albuquerque Jr., ainda, que:

A estiagem dos lucros, a chama das mudanças, o calor dos conflitos, as tempestades na estrutura do poder e a mudança de clima nas idéias, são sintetizadas na seca, seca que aparece no imaginário nortista associada a tudo isto, à falta, a escassez, à miséria, a impotência, a violência... A seca é no imaginário da região esta síntese.⁵⁸

Dessa maneira seca equivale a crise e, portanto, ela surge como “o problema da província do Rio Grande do Norte”, como também o é do “Norte”, a partir de então, ocultando outros problemas articulados estrategicamente nos discursos que se elaborou tomando a seca como tema.

Estes discursos são elaborados e evoluem conforme as questões concretas que são colocadas para apresentar causas e buscar soluções para o “problema” trazendo vários enunciados como trabalho, emigração, escravidão, modernização, violência, que se cruzam com a temática da seca e são articulados de maneira a beneficiar quem manipula esses elementos imagético-discursivos nas produções discursivas das oligarquias nortistas nos anos da seca de 1877-79.

⁵⁸ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 82



Essas produções discursivas vão levar o surgimento de um “discurso da seca”, que vai sendo elaborado e reelaborado ao longo da história do Norte e de suas provinciais como marco histórico, construído no campo do imaginário, e como referência para a demais secas nos discursos produzidos pela posteridade como a “grande seca dos dois sete”, a maior e mais simbólica na calamitosa história das secas.

Porém, foi, a seca este momento de crises e dificuldades para esta classe um conveniente e ardiloso meio pelo qual procurou conquistar benefícios econômicos e políticos e, acalmar os ânimos das relações sociais que estavam em processo de transição.

CAPÍTULO 3: O DISCURSO OLIGÁRQUICO SOBRE A SECA NO RIO GRANDE DO NORTE

3.1. Transformação da “Seca do Ceará” em “Problema do Norte”: a unificação do discurso.

Para se analisar a imagem da seca no discurso oligárquico é preciso se entender as produções discursivas inicialmente desenvolvidas por alguns parlamentares a nível nacional durante os anos da seca de 1877-79 que vão se moldando e ampliando de maneira a gerar uma mutação destes discursos que abrangerá gradativamente várias províncias do Norte.

Ao serem observados os Anais das sessões parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados durante a grande seca de 1877, nota-se que esta sempre é reconhecida como a “Seca do Ceará”, mesmo que a área atingida fosse bem mais extensa. O fato deste fenômeno ser identificado inicialmente com o território que compreendia a província do Ceará, deve-se à força que tinha a bancada Cearense no Parlamento, “além desta ser a única província do Norte já dominada politicamente pelas oligarquias ligadas à atividades econômicas localizadas no interior e, portanto, sujeitas ao fenômeno”.⁵⁹ Assim, por ter sua atividade econômica básica sempre afetada pela seca, os representantes da província do Ceará achavam que este fenômeno era somente “sua” área. Por isso, é possível se perceber que são pouquíssimas as manifestações da bancada Norte-Riograndense quanto ao assunto, pois, por fazerem parte da oligarquia açucareira só eram atingidos pela seca enquanto reflexo.

Porém, com a grande seca de 1877 esta realidade começa a se alterar; no Rio Grande do Norte sucede que, a crise econômica na produção açucareira e o surto do

⁵⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 289

algodão na década de sessenta, modifica a relação de forças entre as oligarquias do litoral e as do interior. Pois, à medida que estes “senhores do sertão” passam a fazer parte em maior número das Câmaras Provinciais, a seca, como problema deste espaço, é invocada também nos discursos destas oligarquias.

E embora haja inicialmente uma certa rivalidade entre as províncias do Norte ao disputarem a posição de província “mais seca”, ao perceberem o lucrativo negócio que era a utilização destes discursos para arrecadar recursos, esta situação será atenuada, quando, diante da repercussão desta grande seca tanto no plano nacional quanto na generosa proporção de recursos que foram arrematados, estas oligarquias nortistas se conscientizaram de que era necessário superar as divergências existentes entre as províncias do Norte, para que assim, tivessem pleno acesso a este ótimo artifício político, apresentando a seca como o “problema do Norte”. Definir a seca como “problema do Norte” era “dar a esta uma dimensão bem mais ampla, deixando de ser problema de uma província e passando a ser de toda uma parte da nação”.⁶⁰

Partindo deste princípio, de que era necessária a união entre as províncias sujeitas a seca transformando-a num problema de todo o Norte, haverá a unificação do discurso. E como o Norte nestes discursos é reconhecido como parte integrante da Nação, são solicitadas providências do Estado e a apresentação deste problema como de caráter nacional. “Sr. Presidente, o país é testemunha da calamidade que infelizmente devasta, não uma província, mas uma grande região do Império brasileiro, quero falar da região, que abrange os sertões das quatro províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco”.⁶¹

⁶⁰ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p.292

⁶¹ Fala do Sr. Alencar Araripe, Câmara dos Deputados, sessão em 27.06.1877

Com esta unificação dos discursos, nota-se que, em muitos destes, quando algum parlamentar de determinada província afligida pela seca se pronunciava sobre esta temática, falava também em nome de outras que estavam em situação semelhante. Nesses discursos, existirão referências mútuas entre as “províncias irmãs” devido o “problema que enfrentam juntas” e acontecerá de algumas províncias serem mais ativas que outras no processo de elaboração e discussão desta temática. Era como se algumas províncias se “escorassem”, ou seja, se apoiassem na eloquência dos oradores mais ativos que representavam províncias como Bahia, Pernambuco e Ceará, garantindo a sua parte na arrecadação de recursos sem fazer muito esforço. Esta atitude pode ser confirmada na fala do Deputado pelo Rio Grande do Norte, Moreira Brandão:

(...) Não faço grande empenho em ocupar a atenção da câmara, porque reconheço que sou um dos menos competentes para discorrer sobre as grandes questões que se agitam no paiz, que aqui têm sido trazidas à discussão, e de que outros têm tratado com tanto brilho e proficiência (...).⁶²

3.2. Natureza Madrasta: a imagem da seca no discurso oligárquico

A seca de 1877 vai ser associada no discurso oligárquico à crise econômica vivenciada pela província do Rio Grande do Norte dentre as outras províncias do Norte. Esta seca se distingue das anteriores pelo fato desta ocorrer num momento de dificuldade para esta área afetada por este fenômeno climático, ou seja, para a classe dominante:

A lavoura (...) do norte do Império luta, além das dificuldades, das circunstâncias, das moléstias da cana, das causas cósmicas que têm perturbado em todo sentido a vegetação, (...) as províncias do norte lutam

⁶² Fala do Sr. Moreira Brandão, Câmara dos Deputados, sessão em 19.03.1879

com a falta de recursos, agravados (...) por causas acima da vontade humana.⁶³

A seca era responsável sempre pela “perda de gados, a falta de lavoura, a depreciação da propriedade, a desorganização do trabalho, a fome, a miséria e a transmigração da população”⁶⁴. No entanto, quando esta área não estava vivendo este momento de crise, era possível suportar tais conseqüências acarretadas por esta ocorrência climática, pelo menos ao que se refere à elite; porém, ante as circunstâncias de crise econômica enfrentada pela província do Rio Grande do Norte e por todas as demais províncias do Norte, a seca se tornava um fenômeno insuportável, pois alcançava a todos. Por isto, esta seca é mostrada como tendo características que a sobrepõem as demais, como tendo maior “intensidade e duração”: “tendo sido longa e vasta, tendo sido duradoura, constante e pertinaz”.⁶⁵ Ocupando um lugar de marco na história das secas, esta de 1877, é elevada a este patamar, por ser especial ou estar ocorrendo num momento especial.

Neste momento era necessário substituir o discurso tradicional de maneira a formar um novo discurso em torno da seca, criando então a imagem de que algo mudara com a grande seca, tendo esta agora outra “qualidade”, era uma “nova seca”, que tinha de “ser prevista de outra forma”, e por assim ser, devia também ser vencida de uma outra forma. De acordo então com esta visão proposta, era preciso “desvendar” a imagem desta nova seca, o que tinha de diferente esta seca das outras que a antecederam, o que lhe dava “particularidade”⁶⁶

Seca e crise econômica podem ser associadas, pois, a seca passa a ser idealizada enquanto falta, miséria e estas imagens de fato acontecem como realidade na estrutura

⁶³ Fala do Sr. Jeronymo Sodré, Câmara dos Deputados, sessão em 21.03.1879

⁶⁴ Fala do Sr. Alencar Araripe, Câmara dos Deputados, sessão em 27.06.1877

⁶⁵ Fala do Sr. Meira e Vasconcelos, Câmara dos Deputados, sessão em 21.01.1879

⁶⁶ Expressões utilizadas por ALBUQUERQUE JR. para tratar da criação imagem da seca no discurso da oligarquia nortista produzido neste momento

econômico-social da área afetada. Então com essa associação, se faz uma inversão do discurso, de forma que a crise é vista como ausência de investimentos, “seca de capital, descapitalização”.⁶⁷ Como diz Rosa Godoy, a consciência da perda de valor do espaço que ocupa⁶⁸ é apresentada pelas oligarquias nortistas como produto da seca. A seca torna-se a própria desvalorização, a própria crise, ela é agora “o problema” que sintetiza todos os demais.

Após as oligarquias nortistas terem construído a imagem da seca como um problema nacional, passou a justificá-la como sendo um problema que tinha repercussões em toda a economia do país, para que assim pudessem convencer as oligarquias de outros espaços não afetados pela seca de que seria mais apropriado que a ocorrência deste flagelo fosse enfrentado pelo governo central. Assim, no século XIX, promove-se à idéia de que era uma “obrigação para a nação e para o governo que a representa na administração de socorrer as populações flageladas”⁶⁹, o envio de recursos às áreas atingidas pela seca para serem aplicados na aquisição de gêneros alimentícios e roupas com os quais se socorriam os flagelados vítimas do fenômeno. Embora, solicitem recursos para compra de víveres nas províncias afetadas, o comércio destas, como já foi mencionado anteriormente, sofrerá a concorrência dos produtos alimentícios sulistas, pois, o governo comprará no sul os gêneros que manda para as províncias flageladas.

Durante a seca de 1877, será visto ainda no discurso oligárquico, em sintonia com o discurso popular e da Igreja, a imagem da seca como uma fatalidade, com um castigo enviado dos céus. Que este “flagelo” não podia ser “remediado por meio de providências do governo”; era “uma calamidade que, por sua natureza, traz resultados

⁶⁷ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 273

⁶⁸ SILVEIRA, Rosa Godoy. O Regionalismo Nordestino, pág. 189. apud ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 273

⁶⁹ Falas dos Sr. Martinho Campos, Câmara do Senado, sessão em 11.02.1879, pág. 461. apud ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 275

deploráveis, qualquer que seja a boa vontade do governo e dos homens” e pedir a Deus que viesse a chuva seria a única “medida salvadora”. As oligarquias sulistas, então usarão esta visão como pretexto para que estas e o próprio Estado se neguem a investir recursos no Norte, pois, segundo a composição deste discurso, a única providência que o governo podia tomar era “socorrer os desvalidos, enviar-lhes os lenitivos da caridade pública e particular”, o resto dependia da “Divina Providência”.⁷⁰

Diante disto, o discurso oligárquico de todo o “Norte” iniciará durante esta seca de 1877-79 e continuará no decorrer das secas posteriores que acometeram este território, seu direcionamento no sentido incorporar a nova visão tecnicista que estava sendo elaborada dentro e fora de sua área.

A seca aparece no discurso oligárquico também como um momento de desordem das relações sociais, pois, induzia a crer, na articulação destas falas, que todos indistintamente são vítimas da seca e assim, retirando o conteúdo estrutural deste fenômeno, ele se apresenta apenas como um fenômeno natural que desorganiza um espaço que estava anteriormente organizado; dissimula-se o fato de que em grande parte o responsável pelas conseqüências negativas deste flagelo era a desorganização nas relações econômicas, sociais e políticas que predominavam neste espaço que era organizado para explorar e dominar a maioria das pessoas ligadas a esta estrutura, apresentando-a de maneira deturpada, como sendo de um cotidiano harmônico e feliz que a seca vinha quebrar. Por essa razão, ela era desordem e como desorganização deveria ser combatida em todos os seus aspectos.

Devido à rivalidade existente entre as próprias oligarquias da área afetada pela seca e, mesmo pelos olhares desconfiados das demais províncias do país, são constantes as

⁷⁰ Fala do Ministro de estrangeiros e também Senador pela Província do Rio Grande do Norte, Diogo Velho, Câmara do Senado, sessão em 07.08.1877

denúncias de corrupção, os desvios de verbas, de socorros públicos destinados às províncias do Norte, principalmente as que eram vistas como as mais afetadas por esta ocorrência climática, dentre elas está a província do Rio Grande do Norte, diversas vezes apontada nas sessões das Assembléias Parlamentares como referência para aludir esses tipos de corrupções e abusos. Muitas denúncias também de “esbanjamento” praticado com socorros públicos foram feitas pelo Ministro do Império a esta província, alegando nos seus relatórios a formação de “quadrilhas de salteadores” aos cofres públicos.⁷¹

A ocorrência destes fatos vão somar à imagem da seca à visão de que “ela é um momento em que tudo é ‘permitido’, em que tudo acontece.”⁷² Por isso, mesmo que verbas sejam desviadas em grande parte neste período, justifica-se o seu envio pois, mesmo nessas condições elas continuam salvando vidas; necessário mesmo era que o governo exercesse uma maior fiscalização, uma maior intervenção na área para qual se destinava o socorro; além de que “na época de peste, fome ou guerra, apesar de todas as precauções tomadas, é impossível evitar o desvio de dinheiro público”, mas estas despesas se justificam pela “necessidade de arrancar milhares de famílias às garras da fome, da prostituição e do crime”.⁷³ E se tivessem que fiscalizar, aconselha-se que melhor seria, se esperar o fim dos envios de créditos as tesourarias das províncias do Norte para que depois fossem fiscalizadas.⁷⁴

A seca é a causa de vários problemas sociais como a fome, a prostituição e o crime, como se estes não precedessem a esta seca e não fossem resultado da estrutura social vigente. A seca ocasionava “a fome, a prostituição, a peste, a vadiagem, o assassinato, o roubo” desorganizando “completamente as condições morais, materiais e econômicas de

⁷¹ Fala do Sr. Moreira Brandão, Câmara dos Deputados, sessão em 28.04.1879

⁷² ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 279

⁷³ Fala do Sr. Leôncio Carvalho, Câmara dos Deputados, sessão em 23.01.1879

⁷⁴ Fala do Sr. João Brigido, Câmara dos Deputados, sessão em 14.02.1879

um povo, quase todo no gozo da abundância”. Exibe-se a população como abastada antes da seca, mas empobrecida por ela. Dessa forma como é apresentada a seca, revela-se, pois, em nome de quem é feito este discurso, os “flagelados” que este discurso alude são, de fato, os membros das oligarquias que com a crise econômica e a seca se depararam com sucessivas mudanças que os estavam levando a falência.

Seria esta a “desordem maior, a desordem da hierarquia social, o nivelamento de alguns membros das oligarquias com os homens pobres tradicionalmente vítimas do fenômeno”.⁷⁵

A modernização também era outro enunciado tratado na elaboração deste “discurso da seca”. Era tratada a necessidade de se utilizar às verbas dos socorros também para o melhoramento material da província afetada pela seca, pois, fazer obras e ocupar os braços deste povo vítima da seca, era impedir a prática do ócio, perigoso neste período, e eles mesmos, acham mais digno receber por seu trabalho do que aceitar os recursos enviados pelo governo como uma esmola.⁷⁶ Falava ainda da necessidade de se ter às províncias do Norte cortadas por estradas de ferro para a importação de “víveres” e ainda a açudagem como uma das metas principais, devendo ser até mesmo matéria escolar, pois os açudes eram verdadeiros oásis nestas áreas.⁷⁷

Porém, estes e outros argumentos utilizados para promoverem a modernização de todo o Norte, eram tentativas de diminuir a disparidade existente entre esta área e as províncias do Sul, para onde viam ser canalizados a maior parte dos investimentos nacionais.

Assim sendo, imagens fortes, num discurso que buscava através da seca sensibilizar a opinião pública nacional e o Estado para a necessidade de resolver o

⁷⁵ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Tese de Mestrado falas de astúcia e de angústia, p. 280

⁷⁶ Fala do Sr. Moreira Brandão, Câmara dos Deputados, sessão em 28.04.1879

⁷⁷ Fala do Sr. João Brigido, Câmara dos Deputados, sessão em 14.02.1879

“problema do Norte”, foram perspicazmente articuladas, pensando a seca enquanto argumento síntese de todos os problemas econômicos e sociais deste espaço sujeito a este fenômeno climático.

3.3. A produção discursiva da bancada norte-riograndense nas Câmaras dos Deputados e do Senado sobre a seca durante os anos de 1877 e 79.

Ao serem observadas as várias produções discursivas dos representantes políticos das províncias brasileiras nos Anais das Câmaras dos Deputados e do Senado durante os anos de 1877 e 79, período em que ocorreu uma calamitosa estiagem na área que compreendia naquela época o “Norte” do país, é possível ser observado que durante este período um fenômeno climático que ocorria há muito nesta área foi transformado em um “problema” que deveria contar com a ajuda de toda a nação para tentar resolvê-lo ou pelo menos amenizá-lo. Os fatos que sucediam com a população em decorrência da seca no Norte foi primeiramente divulgado pela imprensa local e depois nacional, ganhando “fôlego” e espaço nas sessões Parlamentares de todo país.

Assim, a partir de então, mediante a conscientização das oligarquias nortistas, que controlavam o aparelho do Estado, do poder que esta temática tinha para chamar a atenção e comover a todos e através de um processo de elaboração de um “discurso da seca”, esta temática passa a ser trabalhada pelos representantes das províncias atingidas em seus discursos.

Vários Deputados, Senadores e Presidentes de Províncias, em seus relatórios na época, expuseram a dramática e sofrida situação da população do Norte e o grande número de mortes que ocorreram neste período. A situação retratada pelas imagens divulgadas do que “acontecia” ao povo do Norte “não poderia permitir” que os representantes destas

Províncias se “calassem” diante de tanto sofrimento e através de seus discursos tentassem buscar “socorros” para suas províncias.

Este “discurso da seca” que se mostrava como tendo a meta principal de “salvar da morte a população flagelada pela seca”, através da arrecadação de socorros e das verbas enviadas de todo país para este fim, mesclava o tema da seca com outros enunciados, cruzando-os, de maneira a tratar nesta produção discursiva sobre a seca que ocorria no Norte em 1877 a 1879 e outros assuntos muito mais convenientes e importantes para a oligarquia que elaborava estas falas do que para própria população do Norte como um todo.

De forma profícua e em vasta quantidade foram neste período produzidos pela oligarquia nortista falas que articulavam temáticas diversas, carreando assim, vultuosos números de socorros e verbas que diziam ser para as províncias do Norte mas de fato destinavam-se para os seus próprios bolsos.

Em meio a essa elaboração e articulação de um “discurso da seca” durante os anos que compreenderam a seca de 1877-79, alguns representantes das províncias do Norte se destacam mais que outros na produção destes discursos, sendo responsáveis por grande parte dessas falas, como os do Ceará, Bahia e Pernambuco. Embora, todos os representantes das demais províncias atingidas pela seca se pronunciem utilizando-se das mesmas estratégias presente no “discurso da seca” para conseguirem atrair socorros e verbas.

Porém, durante esta seca de 1877-79, o que pode ser percebido com relação às produções discursivas dos representantes pela Província do Rio Grande do Norte é que, durante este período estes são uns dos que menos colaboram para a elaboração deste “discurso da seca”. Tratando desta temática sempre associada e de forma a dar mais atenção a questões ligadas a corrupção e a perseguições políticas na referida província.



(...) tendo-me inscripto para fallar sobre assumptos diversos e não me tendo cabido a palavra, corria-me o dever de não ficar silencioso, relativamente aos negocios de minha provincia; contava hoje ter occasião de occupar-me, especialmente, do flagello da sêcca que a tem assolado, e sentia necessidade de responder a certas proposições que foram lançadas nesta casa e de que, a meu ver, pôde resultar grande desar, não só para algumas pessoas da situação como para a provincia inteira.⁷⁸

Mais à frente, noutro discurso, pois este citado agora não foi permitido neste dia ser proferido sendo-o posteriormente, em que o Deputado pelo Rio Grande do Norte Sr. Moreira Brandão deu continuidade a estes pontos levantados por ele para discussão, tenha feito referência à necessidade de se pronunciar em nome de sua provincia especialmente sobre a seca que a atinge, este acaba por discorrer mais sobre outro assunto relativo as muitas denúncias, em que são acusadas pessoas ligadas ou “conhecidas” dele, de corrupção e abusos de poder.

Em suas falas, defende energicamente as pessoas acusadas de abusarem do poder que tinham e de suas influências para cometerem verdadeiros assaltos aos cofres públicos, tratando mais brandamente da temática da seca sempre a abordando de maneira a enfatizar a importância dos socorros públicos e o que poderia ser promovido com eles. E assim, iniciando freqüentemente seus discursos referindo-se a importância do socorro para as vítimas da seca na sua provincia, terminava por de fato falar muito mais em defesa dos seus “amigos” acusados de corrupção.

(...) Portanto, senhores, longe de demorar-me em justificar esta despeza necessaria e imprescindível, eu somente lembrarei ao nobre ministro do império que, não tendo desaparecido a sêcca, convém empregar os recursos de que houver de dispôr o governo do modo o mais conveniente, promovendo os melhoramentos materiais, que em semelhantes occaasiões se podem realizar, sendo assim preferível o socorro por meio do trabalho ao socorro por meio de esmola, que, longe de produzir beneficos effeitos, traz quasi sempre em resultado a ociosidade e toda a sorte de vicios.(...)

⁷⁸ Fala do Sr. Moreira Brandão, Câmara dos Deputados, sessão em 19.03.1879

(...)Sr. presidente, quando se tratou dos socorros prestados ás províncias flagelladas pela sêcca, se disse que geralmente houve grandes esbanjamentos, e que estes sobresaíram na minha província, onde se tinham formado quadrilhas de salteadores, e que havia mesmo salteadores de casaca e luva de pellica, que abusaram de sua posição e influência para locupletarem-se à custa dos cofres publicos, escapando à acção do governo e da justiça. Eu immediatamente protestei, como não podia deixar de protestar, contra esta declaração.

(...) o presidente fez especial menção das commissões de Macáo e Mossoró, (...) e propalou (...) à comissão da capital.

Tratando especialmente desta (capital) cujos os membros conheço perfeitamente, posso asseverar á casa que elles eram absolutamente incapazes de praticar as indignidades que se lhes foram attribuidas. E o nobre deputado o Sr. Bezerra Cavalcante, que os conhece, póde dar testemunho desta verdade.(...)

Segue-se assim o discurso do Deputado pelo Rio Grande do Norte que se arrasta tratando de defender das acusações de corrupção e de abusos praticados por pessoas de seu “conhecimento” com os socorros públicos da província do Rio Grande do Norte. Inserindo, ainda, em seu pronunciamento as commissões de outras províncias do Norte como vítimas também de acusações semelhantes as que foram feitas ao Rio Grande do Norte como forma de argumentar em sua defesa.

Eu não quero dizer, Sr. Presidente, que na minha província não se tivessem dado abusos, mas nem foram elles de tal ordem, que pudessem ser considerados factos extraordinarios e inauditos, nem podem ser attribuidos a pessoas altamente collocadas, nem as commissões de socorros em sua totalidade ou a maioria de meus comprovincianos, alguns dos quaes, na situação difficil que atravessamos, prestaram e continuam a prestar desinteressadamente ao governo bons e relevantes serviços. No senado, algumas vozes appareceram fazendo accusações semelhantes ás commissões encarregadas da distribuição de socorros nas provincias (...) onde têm havido socorros, fosse qual fosse a fórma por que houvessem sido prestados, não ficaram isentos de censura os encarregados de distribuil-os.

E posto que adversários implacáveis e inimigos rancorosos não respeitem muitas vezes reputações illibadas, recorrendo á calúnia para denegril-as (...) ⁷⁹

⁷⁹ Fala do Sr. Moreira Brandão, Câmara dos Deputados, sessão em 28.04.1879

Os representantes pela Província do Rio Grande do Norte na Câmara dos Deputados nos anos de 1877 a 1879 destinaram grande parte suas falas a questões que um deles, o Sr. Bezerra Cavalcante, mesmo denominou de “lavagem de roupa”, ocuparam-se ainda em reclamar erros cometidos na edição de seus discursos, a defender e exaltar os seus correligionários e partidos políticos, denunciar as perseguições políticas e pessoais sofridas por eles e a discutir longamente entre eles mesmos por motivo de honra e lealdade, sobre o caráter e postura política e pessoal deles e de seus amigos. Quando não estavam envolvidos em discussões pertinentes a outras províncias ou a outros assuntos, sem relação com a seca que ocupava grande espaço e acendia amplas e fortes discussões levantadas pelas oligarquias nortistas nas Casas Legislativas Nacionais em pleno período de ocorrência deste fenômeno. Pouco contribuindo realmente para que através da utilização deste “discurso da seca” que estava sendo elaborado neste período pelas várias oligarquias nortista pudessem diretamente carrear benefícios e recursos para o “Rio Grande do Norte”.

Assim, ao serem analisadas as falas da oligarquia norte-riograndense na Câmara dos Deputados e do Senado durante os anos de 1877-79 em que ocorre um período de estiagem em todo o “Norte”, se vê que enquanto as demais oligarquias nortistas se debatiam e alarmavam com a ocorrência da “seca” nas áreas atingidas por esta, a oligarquia do Rio Grande do Norte representada pelos Deputados e Senador nas Casas Legislativas do País não estavam inseridos de maneira que pudessem ser consideradas as suas participações algo que efetivamente tenha contribuído na elaboração destes discursos da oligarquia nortista sobre a seca.

Ficando sempre incumbidos aos representantes políticos mais brilhantes e eloqüentes, das províncias atingidas pela seca de 1877-79, em seus discursos falarem em nome de todas as províncias do Norte e, assim sendo, falar em nome da província do Rio Grande do Norte sobre o “flagelo” que estava sujeita esta área e, então, buscar os socorros.

Embora tenha havido algumas especulações em períodos anteriores, é somente após a grande seca de 1877 que se fortalece entre as oligarquias nortistas, conseqüentemente do Rio Grande do Norte, o interesse por revelar as causas e sugerir soluções para a seca, tendo-a então como um problema nacional.

Porém, mesmo tendo havido a remessa de grandes quantias de verbas para as áreas atingidas pela seca durante os anos de 1877-79, e tenham origem neste período, idéias até mesmo das mais extravagantes, que buscavam soluções e tentativas de melhoramento para a situação calamitosa “gerada” pela seca tenham sido propostas e estudadas principalmente pelo Instituto Politécnico Brasileiro, contando com nomes de mais evidência da engenharia brasileira daquela época, pouco ou quase nada de fato foi feito para amenizar os efeitos da seca para população do norte-riograndense.

No Rio Grande do Norte, as tentativas de se realizar medidas que propunham diminuir o sofrimento do povo no período da seca foram em sua maioria desastrosas, agravando ainda mais a situação dos flagelados.⁸⁰

Os gêneros alimentícios enviados pelo governo central, destinados a socorrerem as vítimas da seca, eram em grande quantidade colocados nas mãos dos grandes proprietários de terras para que os distribuíssem ao seu bel prazer. Muitos abusos foram cometidos com os socorros públicos e muito foi desviado para o bolso de quem administrava esses recursos, sem beneficiar a outros que não fossem eles mesmos.

Mesmo as obras públicas que eram justificadas nos discursos produzidos como necessárias, em sua maioria eram obras apenas para ocuparem os braços dos flagelados, pois os “melhoramentos” realizados como reparos em prédios, abertura ou reparo de precárias estradas, que depois as chuvas destruiriam, eram algumas das formas encontradas para envolver os que buscavam nas cidades os meios de sobrevivência que a seca impedia

⁸⁰ SOUZA, Eloy de. O Calvário das Secas, p.108

no sertão. Havendo ainda, a construção de açudes que se arrombavam, com a chegada das primeiras chuvas do inverno. Nada que se fazia parecia ter um caráter de permanência e continuidade, somente a corrupção e o roubo aos cofres públicos.

Parlamentares tratam da seca como se tudo que fosse realizado pela administração da província para combatê-la fossem apenas paliativos, pois, a solução para este problema vinha do céu. A melhor alternativa era rezar a Deus para que viesse a chuva.

E quando a certa altura, o Ministério da Fazenda ordena, através de aviso de 26 de maio de 1879, a suspensão dos auxílios para as províncias atingidas pela seca, no Senado houve parlamentares que já o achou tardio, enquanto outros culpavam a ociosidade deste povo o principal responsável pelas desgraças.

A dura verdade é que, nem a calamitosa seca de 1877-79 que realmente foi um acontecimento com terríveis conseqüências, nem as proposições levantadas neste período para amenizar os efeitos da estiagem, dispuseram o Governo Central ou a Província do Rio Grande do Norte a tomarem decisões práticas imediatas e eficazes, capazes de diminuir o sofrimento e os prejuízos das populações. O Imperador Pedro II, em sua Fala do Trono, na abertura da Assembléia Geral do Império em 03 de maio de 1880, apenas rendia graças à Providência Divina por haver cessado enfim a calamidade da seca nas Províncias do Norte, e recordava os grandes sacrifícios do Estado “na prestação de socorros aos compatriotas vítimas da seca (...) e assim procedendo, cumprimos um dever sagrado e evitamos o despovoamento daquelas Províncias”.

Portanto, diante do quadro de perdas e sofrimentos gerados pelos efeitos diretos deste fenômeno climático para a população norte-riograndense durante os anos de 1877-79, os únicos “beneficiados” e de fato “socorridos”, com os recursos públicos destinados a essa província, foi a classe dominante desta sociedade e que controlava o aparelho do Estado. Sendo a seca ocorrida nos anos de 1877-79, um período de gestação da tão atual “indústria

da seca”, em que as oligarquias do Rio Grande do Norte como as demais do Norte, viram neste fenômeno climático a oportunidade de utilizá-lo de maneira a gerar para eles um lucrativo negócio.

Estando ainda hoje, depois de tanto tempo, o Rio Grande do Norte sujeito às manipulações e interesses políticos dos herdeiros desta oligarquia, atualmente conhecidos com os “velhos caciques” da política potiguar, que embora com o passar dos anos mude de nome e “roupagem” continuam com os mesmos objetivos de utilizarem seus cargos e influências políticas como meio de prosperar e enriquecer a custa dos cofres públicos.

CONCLUSÃO

Foi apenas no fim do século XIX, com a chamada “grande seca” de 1877-79, que este fenômeno climático tornou-se “problema” para o espaço que compreendia o Norte do país, e conseqüentemente para o Rio Grande do Norte, que este momento enfrentava uma grave crise econômica, política e social, originada pela decadência das exportações dos principais produtos desta área, pela gradativa redução de espaço no plano político nacional de sua classe dominante e pelo descontentamento dos diversos estratos sociais com a maneira como se operava o processo de transição para uma economia de mercado capitalista.

A seca durante muitos séculos ameaçava somente os homens pobres e por longo período só mereceu um pouco mais de atenção por parte dos que controlavam o aparelho do Estado nos momentos em que esta proporcionava conseqüências mais graves. Na ocasião em que a seca se torna o “problema do Norte” e transforma-se em “problema nacional”, a classe dominante também é “atingida” por este fenômeno que leva muitos de seus membros menos afortunados á falência, circunstâncias que tem suas raízes na crise econômica que a acompanha pela década de 70. A seca que agora chega até aos mais abastados desta sociedade passa a ser tratada nas diversas elaborações discursivas dos parlamentares nacionais que representam este espaço de maneira a eleva-la a condição de “problema”, e a vê-la como uma síntese de todas crises enfrentadas pelo Norte.

Este fenômeno, portanto, deve ser visto como um elemento histórico, construído historicamente, tendo sido sua transformação em “problema” um fato histórico e não natural, que no máximo gera importantes efeitos econômicos e sociais, por ser fruto do imaginário, que foi produzido e inventado pelo homem. A oligarquia nortista através da elaboração de um “discurso da seca” cria uma “imagem” manipulada deste fenômeno

climático para, assim, se beneficiarem da “seca” de maneira ilícita por meio dos socorros públicos.

Este processo de elaboração discursiva sobre a seca durante os anos de 1877-79, com o intuito de carrear os recursos enviados pelo governo para socorrer as vítimas da seca nos bolsos desta oligarquia em crise, contou com a participação de vários representantes políticos das províncias do Norte. Através dessas falas busquei identificar esse processo e analisa-lo através dos discursos proferidos pelos parlamentares norte-riograndense durante o período de produção deste “discurso da seca” que contou com a “contribuição” de vários membros do Norte nas Câmaras Nacionais. Porém, a medida que eu buscava analisar os discursos oligárquicos norte-riograndense sobre a seca de 1877-79, percebia a cada discurso observado que enquanto muitos nortistas da Câmara dos Deputados e do Senado promoviam uma verdadeira “gritaria” e ardia no fogo das discussões a temática da seca nacionalmente, as bancadas norte-riograndense nas poucas fez que tratavam deste fenômeno climático pouco contribuíram de fato para a elaboração deste “discurso da seca” gerado com o propósito de captar recursos para esta área do país.

O desenvolvimento deste trabalho monográfico me fez perceber que durante este intenso momento de crise política, econômica e social para o “Norte” a ocorrência da seca, durante os anos de 1877-79, foi tanto um agravante deste contexto quanto uma “saída” encontrada pelas oligarquias nortistas que controlavam o aparelho do Estado através da elaboração de um “discurso da seca” para “equilibrar” as finanças provinciais, neste momento exauridas. Porém, nesta ocasião de grande participação das bancadas nortistas na Câmara dos Deputados e do Senado para chamar a atenção nacional e sensibiliza-la com relação à “seca” que “castigava” as províncias do Norte, a bancada nacional do Rio Grande do Norte quando se ocupava com a temática da seca priorizava sempre nas suas discussões defender pela lealdade a honra de seus “amigos” das acusações

de corrupção e abusos de poder, fruto da corrupção generalizada que se desencadeou na província do Rio Grande do Norte com os recursos enviados pelo governo para “salvar a população do flagelo da seca”.

Quanto estes representantes políticos do Rio Grande do Norte não estavam tentando defender seus “conhecidos”, dedicavam seus discursos a rivalizar entre eles próprios, a denunciar seus “inimigos” desde por abusos de poder a assassinatos e de perseguir tais membros política e pessoalmente. Ocupavam-se ainda em reclamar erros na edição de seus discursos, enaltecer o partido que faziam parte e seus demais correligionários.

Enfim, acabei no decorrer da pesquisa por perceber que a análise que eu me propusera a fazer baseado nos discursos da oligarquia norte-riograndense sobre a seca de 1877-79 na verdade não seria possível pelo fato de não ter havido neste período produções consistentes e significativas sobre a “seca” por parte desta oligarquia do Rio Grande do Norte, como estava sendo elaborado por outras oligarquias nortistas deste momento da “grande seca dos dois sete”, com narrativas fortes sobre os efeitos e conseqüências deste fenômeno climático para “toda” a população do Norte de forma a construir uma “imagem da seca” para sensibilizar a nação e promover com esta “estratégia política” um “lucrativo negócio”. Estando assim a província do Rio Grande do Norte tão mergulhada na corrupção generalizada cometida por seus administradores que seus representantes parecem não ter se preocupado muito em participar da produção deste “discurso da seca” que se sucedia naquele momento devido, provavelmente, ter se apoiado na conseqüente unificação dos diversos discursos que estavam sendo produzidos por vários políticos do Norte no âmbito nacional e assim como os demais representantes nortistas mais “eloqüentes e brilhantes” já se pronunciavam em nome das províncias “irmãs” atingidas pela “seca”, estes se detiveram mais intensamente somente em usurpar os recursos que eram enviados a esta província e

em suas produções discursivas a se defenderem “partidariamente” das acusações e denúncias sobre os assaltos que cometiam aos cofres públicos, sempre se “digladiando” entre eles mesmos, como era de costume entre partidos adversários no Rio Grande do Norte neste período com suas “rixas” e perseguições pessoais e políticas.

Por isso, o tema deste trabalho que inicialmente seria “O discurso oligárquico sobre a seca de 1877-79 no Rio Grande do Norte”, foi modificado no decorrer da pesquisa para “O discurso oligárquico do Rio Grande do Norte durante a seca de 1877-79” pelo fato de que não houve por parte da bancada norte-riograndense uma produção discursiva voltada para formação deste “discurso da seca”, desenvolvido neste período pelas demais bancadas nortistas que buscava com este discurso captar recursos para as províncias do Norte. E, embora o Rio Grande do Norte tenha se “usufruído” muito da remessa desses recursos para sua província devido a essa produção discursiva que estava sendo elaborada neste período, pouco contribuiu para sua elaboração se envolvendo mais com outros assuntos “políticos” neste momento de ocorrência da seca de 1877-79.

Devido ao “beneficiamento” proporcionado a oligarquia da Província do Rio Grande do Norte por este “discurso da seca”, que a oligarquia nortistaerce no momento em que ocorre esta de 1877-79, cruzando vários enunciados e articulando-os com a seca de maneira perspicaz, para conseguirem carrear grandes quantidades de recursos enviados para socorrer o “povo do Norte” desta terrível seca, acabou por gerar um lucrativo negócio de onde se originou a posterior “indústria da seca”, fonte tão farta em que nela beberam todos os que se utilização deste esquema político criado no decorrer da “grande de seca 1877” para enriquecer aqueles que controlavam o aparelho do Estado às custas de verdadeiros assaltos aos cofres públicos.



FONTES

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1877 e 1879.

ANAIS DO SENADO FEDERAL, 1877 e 1879.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de Astúcia e de Angústia*, Campinas, UNICAMP, 1987 (Dissertação de Mestrado em História).
- ALVES, Joaquim. *História das Secas (séculos XVII a XIX)*, 2ª edição, Mossoró, Fundação Guimarães Duque/ESAM, Coleção Mossoroense, vol. CCXXV, 1982.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste (contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste)*, 5ª edição. São Paulo, Atlas, 1986.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, 2ª edição. São Paulo, T.A. Queiroz, 1981.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Edições Achiamé, co-edição Fundação José Augusto, 1955.
- DE DECCA, Edgar Salvatori. *1930: O Silêncio dos Vencidos*, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- DUQUE, José Guimarães. *Solo e Água no Polígono das Secas*, 3ª edição, Fortaleza, Publicação nº 154, série I.A do DNOCS, Serviço Agroindustrial, 1953.
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco (1840-1910)*, tradução de João Maia/apresentação de Manuel Correia de Andrade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, UNICAMP, 1977.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1969.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 19ª edição, São Paulo, Editora Nacional, 1984.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber. A Trajetória da Arqueologia de Foucault*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.
- MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte Império e República (1822-1934)*, Natal, Gráfica Santa Maria, 1999.
- MELO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira / Brasília, INL, 1984.
- MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, 2ª edição revista, Natal, Cooperativa Cultural Universitária, 2002.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise Agrária e Luta de Classes: o Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889*; prefácio de Eul-Soo Pang, Brasília, Horizonte, 1980.

PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1989-1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*, São Paulo, Moderna, 1984.

SOUZA, Eloy de. *O Calvário das Secas*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Cátedra, Brasília, INL; Natal, Fundação José Augusto, 1983.

SOUZA, Itamar de e MEDEIROS Filho, João. *Os Degradados Filhos da Seca – uma análise sócio-política das secas no Nordeste*, 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 1983.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Um Outro Nordeste: O Algodão na Economia do Rio Grande do Norte (1888-1915)*, São Paulo, PUC, 1983 (Dissertação de Mestrado em História).

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra e ALBUQUERQUE, Geraldo José de. *Subsídios para o Estudo da História do Rio Grande do Norte*, 1ª edição, Natal, Departamento Estadual de Imprensa, 2001.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840-1915)*, Campina Grande, UFPB, 1985 (Dissertação de Mestrado em Economia).